

# Sumário

Número de notícias: 54 | Número de veículos: 33

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PL dá 20 votos para aprovação da Tributária; Republicanos e União Brasil votam em peso a favor ..... 6

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com avanço de tributária, Câmara deve votar pautas econômicas de Lula antes do recesso ..... 7

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova PEC da reforma tributária ..... 8

PORTAL UOL - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tebet diz que não há prejuízos à LOA se Carf e arcabouço ficarem para agosto ..... 10

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: novo relatório amplia desconto para mais setores e confirma acordo de Tarcísio ..... 11

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancada ruralista declara apoio à tributária após ter pleitos do setor atendidos por relator ..... 13

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: relator reduz alíquota dos regimes favorecidos para 40% da padrão ..... 15

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta de reforma tributária zera alíquota da cesta básica ..... 16

PORTAL UOL - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem votar esses textos sempre há algum prejuízo, afirma Haddad sobre arcabouço e Carf ..... 18

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira libera registro de presença remota na Câmara para facilitar aprovação de reforma tributária ..... 19

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estamos negociando com todo mundo e será aprovada , diz Lula sobre reforma tributária ..... 20

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores bolsonaristas declaram apoio à Reforma Tributária após inelegibilidade de Bolsonaro ..... 21

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI: apoiamos firmemente essa reforma tributária; há condição para reduzir Selic, diz Andrade ..... 22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta de reforma tributária eleva preços de combustíveis, diz associação ..... 23

PORTAL UOL - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carta da Frente Brasil Competitivo, com 188 deputados e 18 senadores, defende a Tributária ..... 24

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode gerar alta adicional de 2,39% no PIB até 2032, prevê Ipea ..... 26

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária: Lira não descarta votação em segundo turno ainda nesta semana ..... 27

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Votamos o primeiro e segundo turnos até amanhã', diz dep. Reginaldo Lopes sobre reforma tributária ..... 28

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que honrará acordo com Tarcísio sobre Conselho Federativo e fará alterações no FDR ..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria lança manifesto de apoio ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em almoço, bancada do União dá apoio a Sabino ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por que a reforma tributária agora vai - MARIA CRISTINA FERNANDES ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - CAPA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara chega a acordo para votar reforma tributária ..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator muda texto e Câmara chega a acordo para votar reforma tributária ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto resolve 95% de disputas sobre tributos de consumo ..... 37

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

|  |    |
|--|----|
| Câmara inicia discussão da reforma tributária para votar proposta na 5ª-feira .....                    | 39 |
| PORTAL UOL - ECONOMIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Tributária: CNA condiciona apoio à inclusão no projeto de sete pontos prioritários para o agro .....   | 41 |
| PORTAL UOL - ECONOMIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Setor de software e tecnologia da informação pede tratamento diferenciado na reforma tributária .....  | 42 |
| PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Frente Nacional de Prefeitos lança campanha na TV contra a reforma tributária .....                    | 43 |
| PORTAL UOL - ECONOMIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Tributária: governadores do Sul e Sudeste buscam mais poder em conselho que vai gerir recursos .....   | 44 |
| PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| 'Jogo de ganha-ganha', diz Haddad após reunião com governador de SP sobre reforma tributária .....     | 45 |
| AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Reforma Tributária: aprovação não vai aumentar cesta básica, diz Tebet .....                           | 46 |
| PORTAL TERRA - NOTÍCIAS<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL   |    |
| Lira: Não vamos transformar a reforma tributária numa batalha político-partidária .....                | 47 |
| PORTAL TERRA - NOTÍCIAS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Governador do Amazonas defende reforma tributária, mas cobra manutenção da Zona Franca de Manaus ..... | 48 |
| PORTAL TERRA - NOTÍCIAS<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL   |    |
| Dólar tem leve alta ante real com tramitação da reforma tributária e ata do Fed em foco .....          | 49 |
| PORTAL TERRA - NOTÍCIAS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Glossário da reforma tributária: entenda termos como IVA, CBS, IBS e FDR .....                         | 50 |
| PORTAL TERRA - NOTÍCIAS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Devolução de imposto? Quem pode ser beneficiado e quem pagaria mais na reforma tributária .....        | 52 |
| G1 - NACIONAL - ECONOMIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |

|  |    |
|--|----|
| Reforma tributária: por que o Brasil é um dos poucos países do mundo a não ter um imposto unificado? ..... | 56 |
| PORTAL TERRA - NOTÍCIAS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Cesta básica, combustível, Netflix: o que a reforma tributária pode mudar na sua vida .....                | 59 |
| G1 - NACIONAL - POLÍTICA<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL  |    |
| Debates sobre reforma tributária e mudanças no Carf atrasam votações na Câmara.....                        | 63 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL   |    |
| Estados e lobby impõem entraves à reforma tributária.....  | 65 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |
| Saiba como funcionam impostos da reforma.....  | 66 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |
| Proposta reduz preço da cesta básica em 1,7%, afirma consultor do Banco Mundial.....                       | 67 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |
| Economistas fazem manifesto em defesa da reforma tributária.....   | 69 |
| O ESTADO DE S. PAULO - CAPA<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL   |    |
| Relator admite rever pontos de texto da reforma tributária após pressão política.....                      | 71 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Articulação se intensifica para aprovação de pauta econômica.....  | 72 |
| O GLOBO - RJ - OPINIÃO<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |
| Governo e oposição medem forças - VERA MAGALHAES.....  | 73 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS   |    |
| Proposta pode incluir criação de cesta básica nacional.....  | 74 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |
| Manifesto a favor do projeto reúne ex-ministros e empresários.....   | 75 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |
| Após pressão de Estados, relator diz que pode rever pontos da reforma.....                                 | 76 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |
| Proposta de Tarcísio traz risco de "calote federativo", diz Appy.....                                      | 78 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS<br>REFORMA TRIBUTÁRIA   |    |
| Exceções criadas em nova regra fiscal somam R\$ 73 bi.....   | 79 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA  |    |

Lira nega adiamento pedido por prefeitos..... 80

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caiado defende que guerra fiscal entre estados é positiva..... 81

# PL dá 20 votos para aprovação da Tributária; Republicanos e União Brasil votam em peso a favor

**Brasília, 6**

Dos 99 deputados do PL, 20 foram favoráveis à **reforma tributária** durante a votação em primeiro turno da proposta na noite desta quinta-feira, 6. A orientação do partido no plenário foi contrária à aprovação do texto. O próprio ex-presidente Jair Bolsonaro entrou na articulação para travar a reforma, que também foi discutida durante seu governo. O Republicanos, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, por sua vez, votou em peso a favor.

A espinha dorsal da proposta sempre foi uma aposta e uma opinião do presidente Bolsonaro. Agora, qual seria o comportamento dos partidos de oposição no governo Bolsonaro se tivesse uma proposta complexa como essa e modificada de última hora? , argumentou o líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), ao defender um requerimento para adiar a votação, que foi rejeitado pelo plenário.

Não é um País que olha para a direita, não é um País que olha para a esquerda, é um País que olha para frente. Nós precisamos entregar para esse País uma reforma estruturante , disse o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na tribuna, ao lembrar que começou a discutir a proposta ainda durante o governo Bolsonaro, com o então ministro da Economia, Paulo Guedes.

No União Brasil, 48 dos 59 deputados apoiaram a reforma no primeiro turno. A orientação do partido foi favorável à proposta, mas o presidente nacional da legenda, Luciano Bivar (PE), havia divulgado mais cedo uma nota em que defendia o adiamento da deliberação. O documento continha o nome de 38 parlamentares, mas alguns disseram ao Broadcast Político que não autorizaram a assinatura.

O movimento de parte do União para adiar a votação da reforma ocorreu no mesmo dia em que o governo Lula anunciou que a ministra do Turismo, Daniela Carneiro (União Brasil-RJ), continua no cargo, o que gerou insatisfação no partido, que espera a substituição da deputada por Celso Sabino (União Brasil-PA) no cargo. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, chegou a divulgar

uma nota para garantir que Sabino assumirá o ministério. Tanto Bivar quanto Sabino votaram a favor da reforma.

Dos 39 deputados do Republicanos, 36 votaram a favor da proposta no plenário da Câmara. O partido de Tarcísio fechou questão a favor do texto, após Aguinaldo ter acatado algumas das reivindicações do chefe do Executivo estadual. Tarcísio fez pressão nos últimos dias por mudanças no texto, junto com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que é do União Brasil.

Discutida há mais de 30 anos, a matéria que simplifica a cobrança de **impostos** sobre o consumo ganhou força neste ano e foi destravada após intensas negociações com governadores, prefeitos e setores econômicos. Foram 382 votos a favor, 118 contra e três abstenções. Era necessário o apoio de no mínimo 308 deputados. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o texto precisa passar ainda por uma votação em segundo turno antes de ser enviado ao Senado.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/06/pl-da-20-votos-para-aprovacao-da-tributaria-republicanos-e-uniao-brasil-votam-em-peso-a-favor.htm>

# Com avanço de tributária, Câmara deve votar pautas econômicas de Lula antes do recesso

**Guilherme Mazieiro**

Após uma longa semana de discussões e articulações, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), conseguiram reunir votos para avançar com a votação da **reforma tributária**. Segundo o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse à coluna, com o avanço desta Proposta de Emenda à Constituição (PEC) até semana que vem devem ser votadas duas propostas econômicas do governo: o projeto do **Carf** e o arcabouço fiscal .

De acordo com Guimarães, ambos projetos têm ambiente para serem votados e aprovados assim que terminada a votação da PEC, que deve acontecer até esta sexta-feira, 7. A votação das duas pautas deve acontecer remotamente. Isso porque os parlamentares voltarão para suas bases e poucos devem retornar a Brasília na semana que vem, véspera do recesso parlamentar.

As duas pautas são consideradas essenciais para os planos econômicos do governo Lula (PT) para melhorar arrecadação e equilibrar as contas públicas.

A votação virtual, que deve ser adotada pela Câmara, foi defendida pelo ministro da Fazenda , Fernando Haddad, nesta quinta, 6. "Mas até a ideia de colocar em votação virtual para quem, eventualmente, já tinha marcado volta para sua base poder votar de onde estiver eu acho que favorece a possibilidade de votar. Vamos ver", disse Haddad.

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/guilherme-mazieiro/com-avanco-de-tributaria-camara-deve-votar-pautas-economicas-de-lula-antes-do-recesso,936cfe4affff74262ed9391d935bd085nehok25w.html>

# Câmara aprova PEC da reforma tributária

Publicado em 06/07/2023 - 22:20

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Após mais de dez horas de sessão, a Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, o texto-base da **reforma tributária** por 382 votos a 118, com três abstenções. A proposta de emenda à Constituição (PEC) reformula a tributação sobre o consumo.

No momento, o plenário vota uma emenda aglutinativa com todas as modificações acordadas nas negociações dos últimos dias. O presidente da Câmara, Arthur Lira, busca aprovar o texto em segundo turno ainda nesta quinta-feira (6) ou na madrugada de sexta (7).

A sessão começou às 11h, com debates em torno do texto. Por volta das 18h, começou a votação. Um requerimento do PL para adiar a votação foi derrotado por 357 votos a 133.

Para ampliar a base de apoio, o relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fez mudanças de última hora. O texto traz algumas mudanças em relação à proposta apresentada há duas semanas, como maiores reduções de alíquotas, isenção para alguns produtos da cesta básica e mudanças no Conselho Federativo, órgão que decidirá as políticas fiscal e tributária.

Após quase duas horas de discussões e de ameaças de adiamento da votação da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro apresentou a última versão do parecer.

Em relação à cesta básica, o novo parecer zera a alíquota do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) para itens a serem incluídos em lei complementar, além de frutas, produtos hortícolas e ovos. Essa lei criará a "cesta básica nacional de alimentos". A mudança diminui resistências de alguns estados em abrir mão de arrecadação porque não estimularia uma nova guerra fiscal em torno de produtos alimentícios, já que a lista valerá para todo o território nacional.

O relator também aumentou, de 50% para 60%, o redutor de alíquotas do IVA que incidirão sobre alguns produtos e setores com tratamento diferenciado. Transporte público, saúde, educação, cultura e produtos agropecuários fora da cesta básica nacional pagarão 60% a menos de IVA, imposto que unirá a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS),

arrecadada pela União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de responsabilidade dos estados e dos municípios.

Além dos produtos da cesta básica nacional, a CBS não será cobrada sobre medicamentos para doenças graves e sobre serviços de educação superior (Prouni). Os demais produtos pagarão a alíquota cheia de IVA, que será definida após a **reforma tributária**.

O relator manteve regimes específicos de arrecadação para combustíveis, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde, serviços financeiros e apostas. No entanto, incluiu os seguintes setores: serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

Esses regimes preveem tratamento diferenciado nas regras de creditamento (aproveitamento de créditos tributários) e na base de cálculo; e tributação com base na receita ou no faturamento (em vez do valor adicionado na cadeia).

Como adiantado nessa quarta-feira (5) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o Conselho Federativo, encarregado de gerir o IBS, terá o modelo de votação alterado. O conselho será formado por 27 representantes, um de cada unidade da Federação, mais 27 representantes dos municípios. Dos representantes municipais, 14 serão eleitos por maioria de votos iguais entre os entes e 13 com base no tamanho da população.

As decisões do conselho só serão aprovadas caso obtenham, ao mesmo tempo, votos da maioria numérica dos estados e dos representantes que correspondam a mais de 60% da população do país. Os votos dos municípios serão apurados com base na maioria absoluta.

A versão final do relatório modificou o Imposto Seletivo, que será cobrado sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas e bebidas e alimentos com excesso de açúcar. Esse imposto não poderá ser cobrado sobre itens que paguem IVA reduzido.

A medida evita que o Imposto Seletivo incida sobre itens da agropecuária que seriam prejudiciais ao meio ambiente, como agrotóxicos e defensivos agrícolas. A mudança havia sido pedida pela Frente Parlamentar do Agronegócio como condição para aprovar a **reforma tributária**.



Criado para estimular o desenvolvimento de estados que não poderão mais recorrer à guerra fiscal (reduções de **impostos** locais) para atraírem investimentos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional foi mantido em R\$ 40 bilhões. Diversos estados pediam aportes maiores, de R\$ 75 bilhões. A nova versão do relatório, no entanto, não trouxe os critérios para a divisão dos recursos do fundo entre os estados. O tema será definido após a **reforma tributária**.

Para conseguir o apoio da bancada do Amazonas à **reforma tributária**, o relator ajustou os artigos relativos à Zona Franca de Manaus e às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) para tornar mais claro o tratamento diferenciado e a vantagem das empresas instaladas nessas áreas.

O parecer final informou que o cashback (devolução parcial de **impostos**) terá como base a redução de desigualdade de renda, em vez da diminuição da desigualdade de raça e de gênero. A mudança atende a reivindicações de parlamentares conservadores, que ameaçaram não votar a favor da **reforma tributária** caso a expressão não fosse retirada.

O cashback institui a possibilidade de devolução ampla de parte do IBS e da CBS a pessoas físicas. A ideia inicial do grupo de trabalho da Câmara que discutiu a **reforma tributária** era incluir na proposta de emenda à Constituição um mecanismo de devolução a famílias de baixa renda, semelhante ao existente em alguns estados. As condições de ressarcimento serão definidas por meio de lei complementar.

Em relação às heranças, o novo relatório isentou do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) as transmissões para entidades sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos. Uma lei complementar definirá as condições para essas isenções. A progressividade (alíquotas mais altas para heranças maiores) foi mantida.

**Site:**

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-07/camara-aprova-pec-da-reforma-tributaria>

# Tebet diz que não há prejuízos à LOA se Carf e arcabouço ficarem para agosto

**Brasília, 6**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que a eventualidade de a votação dos projetos do arcabouço fiscal e do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) ficar para a volta do recesso parlamentar não atrapalha a elaboração do orçamento de 2024, que precisa ser enviado ao Congresso até 31 de agosto. A equipe econômica tinha expectativa de que as duas propostas, além da **reforma tributária**, fossem votadas pela Câmara ainda nesta semana, mas as lideranças e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), decidiram dar prioridade ao texto que atualiza o sistema tributário brasileiro. Tebet rejeitou que haja um incômodo do governo em razão dessa decisão.

Fato de pautar a tributária antes eu particularmente fico feliz, porque dos três é o mais difícil de ser aprovado. Foi inteligentíssimo colocar a tributária agora. Foi jogada inteligente pautar primeiro a tributária , disse Tebet.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que deixar a votação do arcabouço fiscal e do projeto relativo ao **Carf** para a primeira semana de agosto poderia causar algum prejuízo a elaboração da peça orçamentária. Não entrega 30 de agosto começando a elaborar em 10 de agosto, não faz em 20 dias. Então aprovação do marco fiscal e do **Carf** ajuda a distribuir as cotas para os ministérios, tem uma série de procedimentos administrativos que ficam mais sólidos com as peças já aprovadas , respondeu Haddad ao ser questionado se haveria prejuízo.

Ao ser questionada sobre a fala do ministro, Tebet afirmou que a declaração foi uma gentileza do colega com o Planejamento, que terá um pouco mais de dificuldade para fechar a LOA sem a previsão de receitas e despesas consideradas nos dois projetos. A ministra apontou, contudo, que ajustes podem ser feitos a qualquer momento .

Eles a Fazenda tem De me mandar até hoje e amanhã a estimativa de receita para colocarmos no orçamento, ele vai colocar com a estimativa de receita que temos atualmente, qualquer ajuste pode ser feito a qualquer momento, por isso não atrapalha , disse. Ele Haddad com a gentileza de sempre dele, falou meio que defendendo o Ministério do Planejamento, que vai ter um pouco mais de dificuldade na elaboração, mas

vamos trabalhar com estimativa. E já colocamos na LDO que se o arcabouço não fosse aprovado até 31 de agosto trabalharíamos com estimativa de despesa. Tanto pelo lado da receita como pela defesa temos instrumento de apresentar a LOA até 31 de agosto sem prejuízo. A equipe está pronta para trabalhar e cumprir prazos , respondeu Tebet.

Se vai ser votado na primeira semana, na segunda semana, na terceira semana, não importa, a LDO já veio com essa condicionante. No nosso caso do Planejamento está muito tranquilo , disse.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/07/06/tebet-diz-que-nao-ha-prejuizos-a-loa-se-carf-e-arcabouco-ficarem-para-agosto.htm>

# Tributária: novo relatório amplia desconto para mais setores e confirma acordo de Tarcísio

**Brasília, 6**

A terceira versão do relatório da **reforma tributária**, divulgada no início da noite desta quinta-feira, 6, ampliou a lista de setores beneficiados pela alíquota reduzida dos novos **impostos**. O texto ainda cristalizou o acordo firmado pelo relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), com os governadores, liderados por Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP).

O desconto da alíquota reduzida subiu de 50% para 60% da alíquota padrão -- ainda não definida, mas até então estimada em 25%. Também foram incluídas novas atividades. Veja como ficou a lista de bens e serviços beneficiados:

Serviços de educação;

Serviços de saúde;

Dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência;

Medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual;

Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual;

Produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura;

Insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal;

Produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais.

Também foram incluídas novas atividades na lista de setores que terão tratamento diferenciado de tributação. São eles: serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional. A taxa diferenciada era inicialmente destinada ao setor financeiro, cooperativas e para combustíveis.

As inclusões são resultado do forte lobby acionado pelos setores econômicos em Brasília nos últimos dias. Como mostrou o Estadão, setores de serviços queriam regimes diferenciados para que têm gastos elevados com a tributação incidente na folha de pagamentos.

Ribeiro também fez uma sinalização ao PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, que se opunha à ampliação da lista de produtos que são sobretaxados por prejudicar a saúde e o meio ambiente. O novo texto de Ribeiro afirma que os bens e serviços beneficiados pela alíquota reduzida não serão alvo do novo seletivo, o que atende a indústria de alimentos, que previa pagar mais **impostos** em produtos açucarados e ultraprocessados.

Conselho Federativo e FDR

Como resultado do acordo de Ribeiro com os governadores, o texto deixa explícito que todos os Estados e o Distrito Federal terão representantes no Conselho Federativo -- antes, a redação falava apenas em representantes estaduais, sem fixar que teria que ser um de cada unidade federativa. Os municípios também terão 27 representantes, sendo 14 eleitos entre todos os 5.560 municípios, e outros 13 usando como ponderação a população.

Quanto às deliberações nesse órgão, serão aprovadas se obtiverem, cumulativamente, os votos (i) em relação ao conjunto dos estados e do Distrito Federal: a) da maioria absoluta de seus representantes, e b) de representantes que correspondam a mais de 60% da população do País; e, (ii) em relação ao conjunto dos municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes, diz o texto.

Isso significa que as decisões do Conselho terão que ter a aprovação dos Estados mais populosos do País, que são em menor número.

Já os critérios de rateio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que receberá aportes do governo federal para Estados e municípios, ficaram para depois, a serem decididos por lei complementar.

A pendência desagradou os Estados do Nordeste. Vamos buscar colocar na PEC, durante a votação no Senado, os critérios de divisão do fundo de desenvolvimento do mesmo jeito que colocaram a demanda dos Estados do Sul e Sudeste, afirmou o governador do Piauí, Rafael Fontelles.

#### Zona Franca

Atendendo a pedidos dos governadores, Ribeiro também fez uma previsão explícita de que a Zona Franca de Manaus será bancada pela União e não pelos **tributos** recolhidos pelos demais Estados. A proposta de emenda constitucional (PEC) prevê fundo específico para bancar a região, intitulado de Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas. A lei estipula que a gestão será da União.

Ribeiro também atendeu a bancada evangélica, que requisitou a retirada da palavra gênero do trecho que fala sobre o cashback, programa de devolução de **impostos**. O texto anterior previa que o cashback tinha como objetivo reduzir as desigualdades de renda, gênero ou raça. Os dois últimos termos caíram na versão atualizada.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/06/tributaria-novo-relatorio-amplia-desconto-para-mais-setores-e-confirma-acordo-de-tarcisio.htm>

# Bancada ruralista declara apoio à tributária após ter pleitos do setor atendidos por relator

**Brasília, 6**

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) declarou apoio à **reforma tributária** na noite desta quinta-feira, 6, após pleitos do setor serem atendidos pelo relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Formada por 300 deputados, a bancada ruralista divulgou nota oficial para defender a aprovação da proposta, depois de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-PB), pautar a votação em primeiro turno. Um requerimento do PL para adiar a deliberação foi rejeitado no plenário por 357 votos a 133, com 3 abstenções.

O diálogo construído nos últimos 120 dias trouxe convergências e os pontos sinalizados pelo setor agropecuário foram atendidos por completo e presentes no texto em análise no Plenário. Desta forma, atendidos os anseios e preocupações do setor, ficam, os membros da FPA, seguros do posicionamento favorável à **Reforma Tributária** em prol dos produtores rurais do Brasil, diz a nota da FPA.

Este é o primeiro passo da **Reforma Tributária**. Portanto, ainda poderemos incluir qualquer melhoria necessária para o setor durante a tramitação. A bancada sempre usou do diálogo para a construção de pontes e de um país mais justo e igualitário e assim seguiremos, pelo bem de cada cidadão brasileiro e do acesso junto à alimentos de qualidade, afirma a bancada ruralista em outro trecho do documento.

Após uma reunião com Lira e membros da FPA nesta tarde, Aguinaldo decidiu determinar uma redução de 60% na alíquota do tributo que será cobrado sobre produtos agropecuários, conforme antecipou o Broadcast Agro. Dessa forma, a alíquota para o setor será 40% da alíquota padrão do imposto sobre consumo.

Além disso, o relator elevou de R\$ 2 milhões para R\$ 3,6 milhões o limite de faturamento para que produtores rurais tenham isenção tributária, uma espécie de Simples do agro, com direito a crédito presumido. O parecer também estabelece que o IPVA não incidirá sobre aeronaves e máquinas agrícolas.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/07/06/bancada-ruralista-declara-apoio-a->

***tributaria-apos-ter-pleitos-do-setor-atendidos-por-  
relator.htm***

# Tributária: relator reduz alíquota dos regimes favorecidos para 40% da padrão

**Brasília, 6**

O novo relatório da **reforma tributária**, divulgado na noite desta quinta-feira, 6, pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), reduz a alíquota dos regimes favorecidos em 60% da alíquota padrão. Na prática, haverá uma carga tributária correspondente a 40% da padrão, que ainda será definida, mas é estimada em 25%.

A mudança foi feita em acordo com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), como antecipou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado). O relatório anterior previa uma redução de 50% as alíquotas dos regimes favorecidos. A maior queda dos **impostos** cobrados sobre insumos e produtos agropecuários era uma condição inegociável para apoio do setor produtivo e da FPA ao projeto.

O relator ainda cria regime favorecido para hotelaria e diferenciado para serviços de hotelaria, parques de diversão e temáticos, restaurantes e aviação regional. Foi concedido ainda crédito presumido para resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, reutilização ou logística reversa, de pessoa física, cooperativa ou outra forma de organização popular.

Os regimes favorecidos incluídos no texto final são: educação; saúde; dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência; medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; e produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/06/tributaria-relator-reduz-aliquota-dos-regimes-favorecidos-para-40-da-padrao.htm>

# Proposta de reforma tributária zera alíquota da cesta básica

*Publicado em 06/07/2023 - 20:37* *Por*  
*Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília*

Em meio a críticas sobre um possível encarecimento da cesta básica, o relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), concordou em zerar alíquotas para alguns itens. Os produtos serão incluídos numa cesta básica nacional de alimentos, definida por lei complementar, que terão isenção de **tributos**.

A lei complementar criará a chamada "cesta básica nacional de alimentos", que valerá para todo o território nacional. As mudanças constam da versão final do relatório, lida há pouco no Plenário da Câmara.

O autor do texto inicial da proposta, deputado Baleia Rossi (MDB-SP), concordou com a medida. Para ele, isentar os produtos da cesta básica é uma forma de promover justiça fiscal. Já que os mais pobres pagam mais **impostos** proporcionalmente em relação aos mais ricos.

A decisão do relator é o desfecho de uma série de debates sobre o impacto da reforma nos alimentos voltados para a população mais carente. No último fim de semana, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) apresentou um relatório segundo o qual o fim da isenção de **tributos** federais sobre a cesta básica encareceria os itens em 59,83% em média.

Na segunda-feira, durante a instalação da Câmara Temática de Assuntos Econômicos do Conselho, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, prometeu a apresentação de cálculos que comprovem que a cesta básica não será onerada.

No início da semana, Ribeiro disse que diversos empresários, principalmente de setores de cadeia produtiva curta, que serão afetados pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), têm feito lobby nos últimos dias contra a **reforma tributária**. "Não fui procurado por nenhum consumidor. Pelos setores, empresas, todo mundo que tem condição de ser fazer lobby na Casa [na Câmara dos Deputados], aí sim, somos procurados de manhã, de tarde e de noite", declarou.

\*com informações da Agência Câmara de Notícias



**Site:**

**<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-07/proposta-de-reforma-tributaria-zera-aliquota-da-cesta-basica>**

# Sem votar esses textos sempre há algum prejuízo, afirma Haddad sobre arcabouço e Carf

**Brasília, 06**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou nesta quinta-feira, 6, que deixar a aprovação dos projetos do arcabouço fiscal e do voto de qualidade do **Carf** para a primeira semana de agosto pode gerar algum prejuízo para a elaboração do orçamento de 2024. O ministro, por sua vez, ainda demonstrou confiança na deliberação de todas as propostas, incluindo a **reforma tributária**, até amanhã, 7.

A bem da verdade precisamos dos três textos analisados, para a partir de agosto entrar com novas medidas para fazer o equilíbrio que a gente espera para o ano que vem, tem muita coisa para acontecer neste ano. O ideal é limpar a pauta, mas se vai ser agora, ou na primeira semana de agosto, aí, disse Haddad a jornalistas, que foi então questionado se haveria prejuízo no cenário em que o Congresso deixe para agosto a votação dos projetos do **Carf** e do arcabouço.

Algum (prejuízo) sempre há, porque estamos na elaboração do orçamento. Não entrega 30 de agosto começando a elaborar em 10 de agosto, não faz em 20 dias. Então aprovação do marco fiscal e do **Carf** ajuda a distribuir as cotas para os ministérios, tem uma série de procedimentos administrativos que ficam mais sólidos com as peças já aprovadas, respondeu.

Haddad afirmou também que não vê nenhum impedimento para a votação do projeto do **Carf**, e que enxerga disposição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a pauta. Ele (Lira) sabe que está pronto para votar. Não tem impedimento. A disposição dele desde o começo da semana é votar os três projetos. Ele declarou publicamente, disse o ministro, ponderando que também é necessário um entendimento das lideranças na Câmara para o tema ser pautado.

Texto está fechado e com ampla margem de apoio, afirmou. O relator do **Carf** fez trabalho sério. Está com relatório pronto, (o projeto) está travando a pauta do arcabouço, mas não a pauta da tributária, observou.

Perguntado se a bancada do agro ainda oferecia

resistências ao texto que retoma o voto de qualidade do **Carf**, Haddad garantiu que o tema está pacificado. Acabei de falar com Sergio Souza e Pedro Lupion na casa do Lira, não tem problema. Quando você aperta a mão, encerrou. São pessoas honradas. Inclusive essa notícia de que ainda haveria resistência do agro eu mandei para o deputado Sergio, que falou que a página já está virada, respondeu.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/07/06/sem-votar-esses-textos-sempre-ha-algum-prejuizo-afirma-haddad-sobre-arcabouco-e-carf.htm>

# Lira libera registro de presença remota na Câmara para facilitar aprovação de reforma tributária

*Por Luiz Felipe Barbiéri e Beatriz Borges, g1 - Brasília*

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), editou nesta quinta-feira (6) um ato que permite aos deputados registrarem presença por aplicativo até o final da semana para permitir que haja quórum na votação da PEC da **reforma tributária** e outros projetos de interesse do governo, como as alterações no **Carf** e o novo arcabouço fiscal.

Atualmente, a votação de matérias já é permitida por um aplicativo, chamado Infoleg. No entanto, o registro de presença precisa ser feito presencialmente, o que acaba exigindo a permanência dos parlamentares em Brasília.

O ato assinado por Lira permite que o registro e a votação sejam feitas de forma remota.

"De modo a otimizar os trabalhos da Casa nos dias de 6 e 7 de julho de 2023, o presente Ato objetiva permitir o registro de presença e votação pelo aplicativo Infoleg nas sessões e reuniões deliberativas convocadas para essas datas", justificou Lira.

SAIBA MAIS:

O plenário da Câmara começou a analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária** nesta quarta-feira (5).

A discussão sobre a matéria foi aberta e continua na tarde desta quinta. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou um novo relatório na noite desta quarta, mas o texto ainda terá mudanças. A expectativa é de que a votação da PEC comece na noite desta quinta.

Após intensas negociações, Republicanos e União sinalizaram que apoiarão a proposta. O PL, maior bancada da Casa, avalia orientar voto contrário, mas sem punir os deputados que quiserem apoiar o texto.

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/06/lira-libera-registro-de-presenca-remota-na-camara-para-facilitar-aprovacao-de-reforma-tributaria.ghtml>

# Estamos negociando com todo mundo e será aprovada , diz Lula sobre reforma tributária

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quinta-feira, 6, que o texto da **reforma tributária** não é o que ele ou o ministro da Fazenda , Fernando Haddad , desejam, e ponderou que é preciso lidar com a relação de forças que está no Congresso . Na avaliação do chefe do Executivo, diante das conversas que o governo tem feito, a matéria será aprovada.

Não é o que cada um de vocês deseja, não é o que o Haddad deseja, não é o que eu desejo, mas tudo bem, nós não somos os senhores da razão , declarou, durante a reunião no Palácio do Planalto que marcou a reativação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). O presidente citou que os deputados foram eleitos pela sociedade civil e, portanto, merecem o mesmo respeito que ele e o vice-presidente Geraldo Alckmin.

Vocês têm que lembrar que, se for votada a **reforma tributária** hoje, é a primeira vez na história da democracia que a gente faz uma reforma agrária em um regime democrático, porque a última que nós fizemos foi no regime militar , disse, sendo rapidamente corrigido por integrantes da equipe por **reforma tributária** . Estamos fazendo a reforma em um regime democrático, negociando com todo mundo, e ela vai ser aprovada.

Em uma chamada de atenção aos integrantes do setor da indústria e ministros que integravam a reunião, Lula falou que, em vez de chorar o que a gente não tem, temos que conversar com o que a gente tem . Cada ministro que está aqui sabe, é preciso parar de reclamar, lamentar e discutir como fazer. E vamos fazer.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/estamos-negociando-com-todo-mundo-e-sera-aprovada-diz-lula-sobre-reforma-tributaria,30a028e3742c46a6fda473b0098f762e2x3jq5fs.html>**

# Governadores bolsonaristas declaram apoio à Reforma Tributária após inelegibilidade de Bolsonaro

## Redação Terra

Após a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de declarar o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível, 5 governadores que foram eleitos sob a bandeira do bolsonarismo no ano passado estão agora adotando uma postura favorável à **Reforma Tributária**, em contraste com a orientação anterior de voto contrário.

Esses governadores estão se posicionando a favor do texto que será votado na Câmara dos Deputados nesta quinta-feira.

Conforme informações do jornal O Globo, a votação revelou uma divisão entre Bolsonaro e os líderes do PL, com base na percepção de que o ex-presidente foi enfraquecido pela inelegibilidade. A sigla ainda está indecisa sobre a imposição de penalidades aos parlamentares que votarem a favor da Reforma.

Diante das resistências, Bolsonaro adotou um tom mais moderado e pediu atenção à sua bancada.

Enquanto Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos de São Paulo, lidera as negociações para alterações no texto da **Reforma Tributária**, Cláudio Castro, do partido PL do Rio de Janeiro, já declarou que solicitará votos favoráveis à bancada fluminense.

Castro afirmou ter **comunicado** essa decisão ao seu partido. Ratinho Jr., do partido PSD do Paraná, também destacou que os governadores reconhecem a necessidade de uma **reforma tributária**.

Romeu Zema, do partido NOVO de Minas Gerais, que também é apontado como possível sucessor de Bolsonaro, expressou dúvidas sobre a participação dos estados na formação do Conselho Federativo, mas reafirmou a importância da Reforma.

Por outro lado, Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal e que formalizou apoio a Bolsonaro nas últimas eleições, atualmente se posiciona de forma favorável à Reforma. Ele é filiado ao partido MDB.

Alguns governadores têm sido interpretados como resistentes em obedecer às orientações de Bolsonaro,

inclusive pelo seu silêncio em relação à **Reforma Tributária**.

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, do partido PL, não se manifestou publicamente contra a reforma, apesar das pressões de parlamentares ligados ao bolsonarismo.

O partido PL, ao qual Bolsonaro é filiado, definiu uma orientação para que seus parlamentares votem contra a **Reforma Tributária**.

No entanto, a sigla ainda não estabeleceu uma posição unânime em relação a possíveis penalidades para aqueles que votarem a favor da reforma, mesmo com alguns governadores do partido orientando nesse sentido.

Segundo o líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes, o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, está aguardando uma posição clara do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, para definir sua posição. O presidente Bolsonaro tem pedido aos deputados próximos que se oponham à **Reforma Tributária**.

## Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governadores-bolsonaristas-declaram-apoio-a-reforma-tributaria-apos-inelegibilidade-de-bolsonaro,722b041b0677d4f2436866412b8b9202q8sr0axb.html>

# CNI: apoiamos firmemente essa reforma tributária; há condição para reduzir Selic, diz Andrade

## **Brasília**

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, defendeu a votação da **reforma tributária** e a redução da taxa básica de juros, a Selic, como ferramentas para fomentar a retomada da industrialização no País. Na fala, Andrade criticou a posição contrária de alguns governadores em relação ao texto da matéria, que deve ser votada nesta quinta-feira, 6.

Nós apoiamos firmemente essa **reforma tributária** que esperamos que seja votada hoje e achamos inacreditável que, quando o governo passado não apoiava a **reforma tributária**, todos os governadores apoiavam. Agora, quando o governo federal apoia a **reforma tributária**, alguns governadores se colocam contrários, declarou, em reunião que marca a reativação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). É inacreditável como essas coisas podem acontecer no Brasil, acrescentou.

Dentre as medidas que o setor precisa para a industrialização, Andrade também fez críticas à taxa de juros, a 13,75% ao ano. Nós precisamos de crédito, com juros baixos, disse. Andrade, então, citou uma batalha travada para a redução da taxa. Acho que temos todas as condições para que comece a haver essa redução de juros no Brasil, comentou.

Na avaliação do presidente da CNI, o atual governo tem dado a importância necessária para a reindustrialização. Ele, contudo, apontou uma divergência no mundo: enquanto no Brasil sempre houve uma discussão se o País precisava de uma política industrial, o mundo tinha certeza da necessidade dessa política.

De acordo com ele, a indústria, que inclui a agroindústria, representa quase 80% das exportações brasileiras e 63% dos investimentos em inovação e tecnologia. É um setor industrial que dá competitividade para agricultura, agropecuária e setor de serviços, disse.

Segundo ele, no entanto, a indústria recebeu, nos últimos anos, um sexto do subsídio que é dado ao

setor agrícola. Essa diferença fez com que houvesse desindustrialização precoce, pontuou.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/06/cni-apoiamos-firmemente-essa-reforma-tributaria-ha-condicao-para-reduzir-selic-diz-andrade.htm>

# Proposta de reforma tributária eleva preços de combustíveis, diz associação

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) avaliou nesta quinta-feira, 6, que o texto atual da **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional é motivo de preocupação, pois levará a uma forte alta do preço final dos combustíveis aos consumidores .

Segundo nota da associação representante do setor de petróleo e combustíveis, no relatório lido na véspera no Congresso foi mantida a cumulatividade do IBS dual no regime específico de tributação dos combustíveis.

Com isso, o setor, que tem uma das maiores cargas tributárias dentre todos os segmentos, vai acumular toda tributação incidente nas suas operações anteriores aumentando, e muito, o preço final dos combustíveis vendidos aos consumidores, com forte impacto na **inflação** , afirmou o IBP.

Conforme o instituto, da forma que está o texto, o conceito primordial da reforma, a não cumulatividade, não será aplicada nas operações com combustíveis, essenciais para a indústria e movimentação de cargas e pessoas em todo o país e com forte impacto nos preços da economia brasileira .

O IBP, que ressaltou que apoia a **reforma tributária**, movimento importante para a simplificação do atual sistema, lembrou disse que o setor é o único com uma vedação para utilizar créditos tributários, o que gera uma distorção neste segmento essencial e que já é o maior pagador de **tributos** do país . Segundo o IBP, atualmente o setor tem direito a recuperar os créditos tributários.

O Ministério da Fazenda não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/proposta-de-reforma-tributaria-eleva-precos-de-combustiveis-diz-associacao,726f453314328cb74392aa2be7ef12a9ujysufoz.html>**

# Carta da Frente Brasil Competitivo, com 188 deputados e 18 senadores, defende a Tributária

## Brasília

No dia em que a **reforma tributária** pode ser votada no plenário da Câmara, a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo divulgou uma carta em defesa da aprovação da matéria discutida há mais de 30 anos e que simplifica a cobrança de **impostos** sobre consumo no País. Com 188 deputados e 18 senadores, a Frente ressalta que as medidas propostas no texto do relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), vão proporcionar mais segurança jurídica aos empresários e previsibilidade aos investidores.

O número de horas gastas para o pagamento de **tributos** é o principal indicador da complexidade de um sistema tributário, argumenta a Frente Parlamentar, presidida pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), em nota conjunta com o Movimento pelo Brasil Competitivo (MBC). Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o MBC calculou neste ano em R\$ 1,7 trilhão o chamado Custo Brasil, que impede a entrada de investimentos estrangeiros no País. Desse montante, entre R\$ 270 bilhões e R\$ 310 bilhões têm a ver com a complexidade do sistema tributário.

A Frente Parlamentar afirma que a reforma deve acelerar também o crescimento econômico do País e cita um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) segundo o qual a aprovação da proposta poderia significar um aumento de 12% do Produto Interno Bruto (**PIB**) ao longo de 15 anos, o que corresponderia a R\$ 1,2 trilhão. Isso ocorre por meio da redução da extrema complexidade do atual sistema tributário sobre bens e serviços, que gera distorções econômicas e, conseqüentemente, um vultoso contencioso tributário de R\$ 5,4 trilhões (equivalente a 75% do **PIB** de 2020), de acordo com relatório publicado pelo Insper, diz a nota.

A reforma cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS estadual e o ISS municipal, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficará no lugar de **tributos** federais, como o PIS e a Cofins. A proposta também cria um Imposto Seletivo que compensará o fim do IPI e servirá para desestimular o uso de produtos que fazem mal à saúde e ao meio

ambiente. A alíquota padrão será definida posteriormente por lei complementar. O princípio da reforma é deslocar a cobrança do imposto da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida).

Terão tratamento diferenciado serviços de saúde; educação; transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano; medicamentos, dispositivos médicos; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários; e atividades artísticas e culturais nacionais. Nesses casos, a cobrança do imposto será 50% da alíquota padrão. A cesta básica, por sua vez, terá os **tributos** zerados.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), elegeu a **reforma tributária** como a prioridade do semestre. Em fevereiro, ele criou um grupo de trabalho para avançar na discussão do texto, relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). A coordenação da equipe ficou a cargo do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

O GT encerrou os trabalhos no começo de junho e, desde então, diversos atores políticos vêm negociando os detalhes. Lira convocou um esforço concentrado de votações para esta semana e fez um apelo para que a proposta não fosse transformada em uma batalha político-partidária. Nos últimos dias, o relator conseguiu chegar a um acordo com governadores como Tarcísio de Freitas, de São Paulo, que vinha pressionando por mudanças no texto.

A **reforma tributária** também foi eleita como uma das prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que aceitou bancar o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para reduzir desigualdades entre os Estados, ponto que travou o andamento da proposta no governo Bolsonaro. Nos últimos dias, contudo, Lira e os principais líderes partidários da Câmara ficaram incomodados por avaliarem que o governo Lula estava muito mais empenhado em aprovar o projeto que retoma o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** do que em destravar a proposta de unificação dos **tributos** sobre consumo.



**Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/07/06/carta-da-frente-brasil-competitivo-com-188-deputados-e-18-senadores-defende-a-tributaria.htm>**

# Reforma tributária pode gerar alta adicional de 2,39% no PIB até 2032, prevê Ipea

Por Lais Carregosa, g1

A implementação da **reforma tributária** em análise no Congresso Nacional pode gerar um crescimento adicional de 2,39 pontos percentuais no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro entre 2026 e 2023 - em comparação com as previsões de crescimento no regime tributário atual.

É o que aponta um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado nesta quinta-feira (6).

A reforma pretende simplificar a cobrança dos **impostos** no país, medida considerada fundamental para destravar a economia e impulsionar o crescimento e a geração de empregos. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados e a expectativa é que seja votada em primeiro turno nesta quinta.

## LEIA TAMBÉM:

O levantamento considera o primeiro texto apresentado pelo relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), em 22 de junho. Na quarta (5), o deputado fez novas mudanças na proposta, com a inclusão de isenção para itens da cesta básica, por exemplo.

Ainda falta acordo sobre o conselho federativo e o fundo de compensação, o que deve motivar novas alterações.

Segundo o Ipea, as alterações feitas até 22 de junho reduzem a alta adicional no **PIB** a ser gerada pela reforma.

Com o texto original, a PEC 45 de 2019, a expectativa era de crescimento extra da economia de 5,75% até 2036 - o período de transição inicialmente proposto.

Com as alterações, o impacto cai para 2,39%. De acordo com o estudo, a alta no **PIB** é menor no texto substitutivo por causa da manutenção de alguns regimes e exceções. Isso permite inferir que certo nível de más alocações produtivas permanecerá, diz a pesquisa.

O **PIB** é um indicador usado para medir a evolução da

economia. É a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Com a reforma, o Ipea projeta acréscimo no **PIB** em 19 unidades da federação, das quais só duas apresentarão alta acima de 3 pontos percentuais: Minas Gerais e Distrito Federal.

Veja o crescimento projetado por estado:

O levantamento também prevê terão queda no **PIB** projetado até aqui com as mudanças. São eles:

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/06/reforma-tributaria-pode-gerar-alta-adicional-de-239percent-no-pib-ate-2032-preve-ipea.ghtml>

# Reforma tributária: Lira não descarta votação em segundo turno ainda nesta semana

**Por Valdo Cruz**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), segue otimista em relação à votação da **reforma tributária**, e não descarta votar ainda nesta semana o segundo turno.

Segundo interlocutores de Lira, ele acredita que terá condições de votar os dois turnos nesta semana se, na primeira votação, a reforma for aprovada com folga. São necessários pelo menos 308 votos. Se ele conseguir um placar perto de 400 votos, significaria um amplo apoio à medida.

A ordem é tentar agilizar a análise do texto para evitar que os adversários consigam demonizar a proposta, como integrantes da oposição têm feito, ao classificar a medida como reforma da fome. Um ataque na linha de que o preço da cesta básica irá aumentar.

O relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) diz que isso não acontecerá e, para se contrapor a essa ofensiva, propôs no relatório apresentado na quarta-feira (5) a criação da Cesta Básica Nacional, que seria isenta de tributação.

**LEIA TAMBÉM:**

Lira quer votar o primeiro turno nesta quinta-feira (6) e avalia que o consenso em torno da proposta está aumentando. Já conta com o apoio estratégico do governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos).

Tarcísio se reúne nesta manhã com o ex-presidente Bolsonaro e pode participar de um encontro do PL, quando tentará convencer integrantes da oposição a votarem a favor da **reforma tributária**, se tiverem pedidos contemplados pelo relator Aguinaldo Ribeiro.

Até agora, as articulações vão neste sentido. O governador paulista chegou a afirmar que concorda com 95% do texto, e que pode chegar a 100%. Tarcísio é do Republicanos e tem boa interlocução com o PL, mas não com o presidente do partido, Valdemar Costa Neto.

Além de buscar a aprovação do **Carf** e do marco fiscal, prioridades do curto prazo, a equipe econômica também está em campo durante toda a semana para

ajudar o presidente da Câmara, Arthur Lira, a aprovar a **reforma tributária**.

O ministro Fernando Haddad já acenou a governadores a possibilidade de aumentar o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional, para bancar projetos em estados com o fim da guerra fiscal.

O valor inicial proposto pelo governo pode passar de R\$ 40 bilhões para mais de R\$ 50 bilhões. Governadores defendem R\$ 75 bilhões. Haddad passou o dia em conversas com Lira, Aguinaldo Ribeiro e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em busca de garantir todas as votações ainda nesta semana.

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/07/06/reforma-tributaria-lira-nao-descarta-votacao-em-segundo-turno-ainda-nesta-semana.ghtml>

# 'Votamos o primeiro e segundo turnos até amanhã', diz dep. Reginaldo Lopes sobre reforma tributária

Por g1

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou, em entrevista à GloboNews, que as conversas para a definição da **reforma tributária** estão avançando e, ainda que faltem pontos de consenso a serem acertados entre as diferentes partes, há a expectativa da maioria deles de que ela seja votada ainda nesta semana.

"Primeiro, nós vamos terminar a votação do primeiro e segundo turnos até amanhã. Segundo, contempla a dimensão do Brasil, um país continental. Que o mais importante de fato é a gente pensar em um projeto de país, mesmo. Ninguém tem mais dúvida que essa reforma permite o Brasil voltar a crescer, e todo mundo vai ganhar, todos os entes federados vão melhorar a sua situação financeira, e o mais importante é que a gente vai gerar empregos, emprego com valor agregado", explicou o deputado.

O deputado petista explicou que a expectativa da reforma é que ela traga menor judicialização dos **impostos**, e principalmente, permita que o consumidor consiga comprar produtos e utilizar serviços pagando menos.

"Quando todos pagam, todos podem pagar menos. E a consequência de tudo isso é que nós vamos melhorar a vida do povo, porque o povo brasileiro vai comprar mercadorias e serviços no território nacional com redução de preço de 8% a 20%", disse o deputado.

Reginaldo Lopes explicou que ainda terão conversas entre deputados, governadores e o governo federal nesta quinta-feira (6), e que elas estão em torno do modelo de partilha dos recursos a serem repassados pelo governo aos estados.

"O que nós estamos ainda em fase de negociação é o valor desse fundo, até agora de R\$ 40 bilhões corrigido anualmente pela **inflação**, como despesa obrigatória. O governo, sob a liderança de Fernando Haddad, liberou esse total", encerrou.

LEIA MAIS:

**Reforma tributária:** por que o IVA é visto como um imposto moderno? Saiba como a **reforma tributária** pode mexer nos preços da cesta básica e o que está em debate Imposto do pecado : o que diz a **reforma tributária** sobre **impostos** em itens como cigarro e álcool

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/06/votamos-o-primeiro-e-segundo-turnos-ate-amanha-diz-dep-reginaldo-lobes-sobre-reforma-tributaria.ghtml>

# Lira diz que honrará acordo com Tarcísio sobre Conselho Federativo e fará alterações no FDR

## Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou no final da noite desta quarta-feira, 5, que honrará no relatório da **reforma tributária** o acordo estabelecido com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre mudanças na composição do Conselho Federativo. Ele reforçou que questões sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) também passarão por modificações.

Eu queria ratificar que o texto lido é o relatório publicado na última versão preliminar, que nós vamos no dia de amanhã (quinta-feira), principalmente na parte da manhã, honrar os acordos que foram feitos com o acordo do Conselho Federativo, acordo construído pelo governador Tarcísio de São Paulo, com os outros governadores, o relator (Aguinaldo Ribeiro) e a Economia (equipe econômica) para dar o caráter de transparência, de governança, de órgão de Estado, disse Lira durante sessão de debate da reforma em plenário.

Ele também ressaltou que haverá mudanças no FDR. Para que fique claro: esse texto será alterado. Será discutido e alterado o texto do Fundo de Desenvolvimento Regional, disse. O novo relatório da **reforma tributária** foi divulgado nesta quarta-feira pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O texto, no entanto, deixou de fora do parecer ajustes pedidos por Estados sobre atribuições e configurações do Conselho Federativo - órgão que será o responsável pela arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) -, assim como a divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), bancados pela União e que buscam compensar Estados e municípios com o fim da chamada guerra fiscal no País.

Pela proposta original do relator, o Conselho, responsável por centralizar, gerir e distribuir entre os Estados e os municípios a arrecadação do Imposto IBS - que, com a reforma, vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) -, seria formado por 26 representantes de municípios e 26 representantes de Estados mais o Distrito Federal.

Estados como São Paulo criticaram a forma de composição e defenderam que o órgão levasse em conta o tamanho da população, o que desagradou Estados do Norte e Nordeste. As atribuições do Conselho de centralizar a arrecadação e a gestão dos **tributos** também foram alvo de ataques, já que alguns entes entenderam que a proposta tira autonomia dos Estados e gera uma concentração de poder excessiva no órgão.

A divisão dos recursos do FDR também gerou divergências. Enquanto Estados como São Paulo defendem a repartição dos recursos com base no número de beneficiários de programas sociais, outros governadores avaliam que o principal critério deva ser o **PIB** invertido (por meio do qual Estados mais pobres ganham mais recursos).

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/07/06/lira-diz-que-honrara-acordo-com-tarcisio-sobre-conselho-federativo-e-fara-alteracoes-no-fdr.htm>

# Indústria lança manifesto de apoio

**Fabio Grecchi**

A **reforma tributária** deve ir à votação nas próximas horas não somente porque os governadores e o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), começaram a se entender sobre pontos que consideravam difíceis de serem digeridos - sobretudo porque reduzem a arrecadação e retiram a autonomia da aplicação dos recursos oriundos dos **impostos**. Mas, também, porque a matéria recebeu um apoio de peso, ontem: o da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A entidade e outras congregações empresariais lançaram um manifesto em apoio à reforma. O documento destaca, entre outros aspectos, que "o Brasil (...) precisa de mais investimentos, mais inovação, menos burocracia, ser mais competitivo, mais eficiente (...).

Tais objetivos exigem uma **reforma tributária** abrangente, homogênea e moderna".

O manifesto pedia a adoção do imposto sobre o valor adicionado, o IVA, que é proposto pela reforma e tem o potencial de reduzir substancialmente a carga de **tributos** pagos pela indústria.

"Apoiamos com convicção essa causa porque ela é boa e necessária para o país", propuseram as entidades, citando estudos que apontam, em 15 anos, um impulso de 12% a 20% ao Produto Interno Bruto (**PIB**) a partir da aprovação da reforma. "Isso significa, em dinheiro de hoje, R\$ 1,2 trilhão a mais circulando na economia", salientaram.

Em resposta às críticas dos setores de serviços e do agronegócio, que terão maior carga se a reforma passar como está, o documento sustenta que todos os setores econômicos e sociais vão ganhar se o Brasil tiver um sistema de recolhimento de **impostos** mais racional. "O tempo e os recursos desperdiçados com a burocracia dos **impostos** poderão ser investidos de maneira mais produtiva", assinalam as associações.

Avanço gradativo

O peso da adesão dos governadores e das principais entidades do setor industrial debelou resistências que, segundo observadores, eram mais de natureza ideológica do que realmente tributária - confirmada pela atuação de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, junto ao ex-presidente Jair

Bolsonaro para reduzir a oposição ao texto. É o caso da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que afirmou que apoiaria a reforma, mas pretende que sete pontos considerados prioritários constem do relatório de Aguinaldo Ribeiro. Entre os pleitos, está a adoção de uma alíquota para o agronegócio que corresponda no máximo a 20% do percentual padrão, estimado em 25% - pedido considerado um dos mais difíceis de serem atendidos, pois outros setores, como saúde, transportes e educação, também querem tratamentos diferenciados.

Na direção contrária, porém, a Associação Nacional dos Restaurantes (ANR) considerou que o texto da reforma que está sendo construído resultaria em aumento da carga tributária. Diz que "apoia a simplificação do sistema e a desoneração da folha do setor de serviços que mais emprega no Brasil e rechaça o possível aumento da já elevada carga tributária brasileira, o que limitaria o crescimento do foodservice (setor de alimentação fora do lar), da oferta de postos de trabalho e colocaria em risco a sustentabilidade financeira de muitos negócios".

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/06/all.pdf>

# Em almoço, bancada do União dá apoio a Sabino

A bancada do União Brasil na Câmara fez nessa terça-feira (4) um almoço de apoio à indicação do deputado Celso Sabino (União-PA) para ministro do Turismo, no lugar da deputada licenciada Daniela Carneiro (União-RJ), que pediu à Justiça Eleitoral para deixar o partido.

O encontro foi marcado pela manhã diante das notícias de que o governo não faria a posse de Sabino nesta semana, no aguardo da volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de uma viagem à Argentina. Há semanas que o Palácio do Planalto promete oficializar a troca.

Sabino esperava que a posse ocorresse até esta quinta-feira, para que os colegas de bancada pudessem prestigiá-lo e mostrar apoio político. No almoço, compareceram cerca de 40 dos 59 deputados da sigla, incluindo o presidente Luciano Bivar (PE) e o líder da bancada, Elmar Nascimento (BA).

As primeiras sinalizações de que Sabino entraria no lugar de Daniela ocorreram no início de junho, em meio ao afastamento da ministra da sigla. A demora na substituição irritou, inclusive, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que é amigo de Sabino e levou aos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o incômodo dos deputados com a demora.

A "enrolação" ocorre na semana em que o governo tenta aprovar os principais projetos econômicos deste semestre: o projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o projeto do novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>

# Por que a reforma tributária agora vai - MARIA CRISTINA FERNANDES

**MARIA CRISTINA FERNANDES**

Foi preciso que São Paulo passasse a ser governado por um carioca para baixar a guarda na **reforma tributária**. A origem de Tarcísio de Freitas, porém, é que menos conta na história. A chave, para ficar no trocadilho da reforma em curso, é o destino.

É verdade, como tem dito o próprio governador, que todos os seus antecessores fizeram oposição às sucessivas tentativas de **reforma tributária** ao longo das últimas três décadas. E é fato também que nenhum deles foi bem-sucedido em suas pretensões presidenciais.

E não se trata apenas de enfrentar a imagem de um Estado de costas para o Brasil que tanto tem prejudicado candidatos paulistas à Presidência. Mas de ir contra empresários, investidores e formadores de opinião da economia nacional que, de maneira inaudita, se manifestaram pela reforma.

O manifesto uniu desde um industrial que cresceu à sombra de um Estado protecionista, como Jorge Gerdau, a um investidor contra muros, como Arminio Fraga; um ex-ministro que militou na economia dos subsídios, como Guido Mantega, até um economista que lhes tem ojeriza como Marcos Mendes.

E, finalmente, ficou difícil para Tarcísio de Freitas se associar à artilharia contrária à reforma, que juntou desde o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, que disse se tratar da implantação do "Soviete Supremo", até o governador Ronaldo Caiado, cujo Estado tem por tradição atrair empresas no tapetão, e resumiu a reforma como "coisa de venezuelano".

Ficou complicado para o governador paulista, sobretudo, aliar-se aos argumentos do bolsonarismo. Depois de uma gestão tributária desastrosa, que isentou a gasolina de quem anda de carro, e congelou o salário mínimo de quem pega ônibus, o ex-presidente Jair Bolsonaro resolveu "fechar questão" contra a **reforma tributária**. Só esqueceu de combinar com lideranças de seu partido na Câmara que fizeram um bem bolado de votos e emendas com o governo.

É possível até imaginar que a inelegibilidade tenha acabado por favorecer a aceitação da **reforma tributária** pelo governador. O ocaso do bolsonarismo

faz com que Tarcísio de Freitas precise se viabilizar como um candidato do sistema e não contra ele.

Até o fim da tarde desta quarta-feira, não havia ainda uma tradução, no texto do substitutivo, de um Palácio dos Bandeirantes desarmado, mas havia um consenso, pra lá de razoável, de que a governança desse conselho federativo não poderia reproduzir o Comsefaz, o conselho que reúne os secretários de Fazenda das unidades da Federação.

Neste conselho, que tende a ser esvaziado se o outro for aprovado, como cada Estado tem um voto, o Nordeste, região que tem o maior número de Estados, faz todos os presidentes. A ideia que mais angariou apoio ao longo da semana foi aquela que atribuiu um voto por região, de maneira a que a soma de Norte e Nordeste se limite a dois terços dos votos e não seja capaz, como no Comsefaz, de fazer a maioria absoluta nas deliberações.

Some-se a isso a disposição de o Rio negociar a inclusão de emenda que assegura regime especial para royalties, com metade da receita para os Estados e municípios produtores.

A concentração desses recursos em mãos de alguns poucos está paralisada no Supremo Tribunal Federal e é um dos enrosocos que a reforma se dispunha a resolver.

A emenda tem por autoria a mesma deputada filha de ex-presidente da Câmara cassado que fracassou na recente tentativa de blindar crimes financeiros a pretexto de impedir a "discriminação de políticos".

Com os Estados dispostos a negociar e o **PIB** engajado pela reforma, restou ao presidente da Câmara reformular sua estratégia. Cercado pela operação policial que flagrou assessores com uma botija do "orçamento secreto", o deputado Arthur Lira (PP-AL) havia pautado um esforço concentrado para votar as pautas econômicas e renovar seus créditos junto ao Executivo e à própria Casa.

Contava com as resistências setoriais e dos governadores para ajudá-lo a barganhar por mais um naco de emendas e cargos.

Foi fechado um acordo com a Secretaria de Relações



Institucionais para um lote de emendas na Saúde em troca da aprovação do acordo no **Carf** e do arcabouço fiscal. Um outro lote, além da concessão de novos cargos, viria na etapa seguinte, da **reforma tributária**.

Quando Lira viu que a reforma já não angariava a mesma resistência, resolveu inverter a pauta e sugeriu colocá-la em votação, para que fossem destravadas as entregas da segunda parte do acordo, sem que a primeira tenha resultado em **Carf** ou arcabouço.

Se a virada visava à insistente pressão para reaver seus domínios na Saúde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu verbalizar a blindagem da ministra Nísia Trindade.

Os embates em torno da negociação só chocam porque se esquece que a última grande **reforma tributária** aconteceu sob um regime de exceção. A União foi fortalecida e setores empresariais, aliviados. Com a Constituição de 1988, Estados e municípios se beneficiaram com transferências tributárias que reduziram os recursos da União.

É claro que o custo seria alto para fazer, com democracia e sem constituinte, reforma com décadas de atraso. Quando se fala de perda de autonomia leia-se menos chance de distribuir benesses que têm, não apenas blindado setores, mas sustentado carreiras políticas. Se a resistência baixou é porque concluiu-se que afundarão todos - com ou sem benefícios. No substitutivo se saberá onde estão as melhores boias.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>

# Câmara chega a acordo para votar reforma tributária

Após mais um dia de intensas negociações, o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), concordou em zerar a tributação sobre produtos da cesta básica nacional de produtos e sinalizou ter cedido a pedidos de governadores, liderados por Tarcísio de Freitas (Republicanos- SP), para que a proposta possa ser levada a votação na Câmara, como quer o presidente Arthur Lira (PP-PB). Tarcísio tentará convencer Jair Bolsonaro (PL) a não trabalhar contra a **reforma tributária**. O PL tem 99 deputados, a maior bancada da Câmara. A **reforma tributária** unifica cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) em dois **impostos**: o IBS (municipal e estadual) e a CBS (federal). Ambos passam a valer em 2026, com prazo de transição até 2033. Apenas na primeira semana de julho, no auge das negociações para aprovação de pautas econômicas no Congresso, o governo empenhou R\$ 2,1 bilhões em emendas parlamentares.

Pauta econômica no Congresso \_\_ B1, B2 e B5

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Relator muda texto e Câmara chega a acordo para votar reforma tributária

**MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), colocou ontem à noite em debate, em plenário, o projeto de **reforma tributária**, após mais um dia marcado por várias reuniões entre parlamentares, governadores e representantes do governo para tentar costurar um acordo que viabilize a aprovação do texto ainda hoje.

Como resultado, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fez importantes modificações em novo relatório com 142 páginas apresentado também ontem à noite.

Ele zerou a tributação sobre os produtos da cesta básica e sinalizou que atendeu pedidos de governadores, liderados por Tarcísio de Freitas (Republicanos- SP). "Essa é uma proposta que não tem viés político nenhum, é estrutural", disse ele, em discurso.

Ribeiro apresentou a proposta de **reforma tributária** após longa negociação nos últimos dias envolvendo governadores e prefeitos, além do Ministério da Fazenda. Pontos relevantes, no entanto, vão ficar para leis complementares que tramitarão se a PEC for promulgada.

Na cesta básica, Ribeiro anunciou a criação de uma lista nacional de produtos - hoje, cada Estado tem a sua. A cesta básica nacional terá alíquota zero na nova tributação. A proposta inicial de Ribeiro era reduzir a incidência de tributação na cesta a 50% da alíquota padrão, estimada em 25%. A definição dos produtos que compõem essa cesta ficou para lei complementar.

"A cesta básica nacional terá alíquota zero para que ninguém fique inventando que a gente vai pesar a mão sobre os pobres", disse Ribeiro, em recado aos cálculos apresentados pelo setor de supermercados que apontavam para aumento da alimentação.

A decisão de Ribeiro sobre a cesta básica contraria o Ministério da Fazenda, que trabalhou até o último momento para mostrar que a taxação reduzida já mantinha as atuais condições de taxação dos alimentos.

A reforma unifica cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins,

ICMS e ISS) em dois **impostos**: o IBS (municipal e estadual) e a CBS (federal). Ambos passam a valer em 2026, com prazo de transição até 2033.

CONSELHO.

Dois pontos relevantes - a mudança na gestão do Conselho Federativo, como requisitou Tarcísio e governadores do Sul e do Sudeste, e os critérios de divisão do bilionário Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - ficaram para uma versão a ser atualizada hoje. "O ponto do Conselho Federativo ainda não consta dessa versão porque estamos finalizando o texto que foi acordado, para que a gente não se equivoque, assim como os critérios do Fundo de Desenvolvimento Regional, que praticamente finalizamos." Em seu relatório, Ribeiro anunciou que o fundo terá R\$ 40 bilhões por ano, a serem aportados pela União em valores crescentes a partir de 2025. Os Estados cobraram R\$ 75 bilhões por ano. O relator deixou os critérios de distribuição para lei complementar.

Decisão sobre aplicação de recursos caberá aos Estados.

O fundo tem a função de reduzir desigualdades regionais e de estimular a manutenção de empreendimentos nas regiões menos desenvolvidas, que deixarão de contar com benefícios fiscais dos **tributos** extintos.

Os aportes se iniciarão em 2025 e crescerão até 2033, quando atingirão R\$ 40 bilhões.

O relator criou um segundo fundo, para a compensação de benefícios fiscais do ICMS válidos até 2032. O fundo também será abastecido pela União e terá aporte de R\$ 60 bilhões entre 2025 e 2032.

Ribeiro também sinalizou que houve um acordo com os representantes do Amazonas e de outros Estados da região Norte para que os benefícios da Zona Franca sejam mantidos.

Ele não detalhou, porém, no que consiste o acordo, e o conteúdo ainda não está em seu parecer.

Na abertura da sessão de leitura do relatório, Lira disse que pretende votar o texto hoje e concluir o

segundo turno de votação no mesmo dia.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Texto resolve 95% de disputas sobre tributos de consumo

A **reforma tributária** em discussão no Congresso resolve divergências que representam ao menos 95% do contencioso envolvendo os cinco principais **impostos** e contribuições sobre o consumo. É o que mostra um levantamento do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper.

Segundo o estudo, a maioria das questões que geram disputas bilionárias em torno dos **tributos** que serão extintos não se aplica aos que serão criados com a reforma. Os no -vos **tributos** seguem o sistema adotado em mais de 170 países conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Na proposta atual, PIS/Cofins viram a chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). OIPI será Imposto Seletivo. Haverá ainda o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), fusão de ICMS com ISS.

Exemplo de mudança é o aproveitamento de créditos do imposto pago nos insumos, que evita a tributação em cascata. Essa questão responde por 30% do valor das disputas mapeadas pelo Insper. Nanova regra, tributo pago na etapa anterior pode ser descontado na seguinte. Hoje há limitações que geram divergências entre fisco e empresas.

Os dois novos **tributos** também estão praticamente livres de incentivos fiscais, não entram em na base de cálculo do outro e são aplicados a praticamente todos os bens e serviços, temas que também geram disputa atualmente.

"Na sistemática da CBS e do IBS, a quase totalidade das discussões envolvendo os atuais **tributos** sobre o consumo deixariam de existir ou seriam reduzidas", dizem os pesquisadores Vanessa Canado (coordenadora), Breno Vasconcelos e Thais Romero Veiga Shingai.

Os processos relacionados aos cinco **tributos** atuais não serão extintos com a reforma, destaca o estudo, mas a maior parte dessas teses tratará de **impostos** que não existirão mais. "É um estoque que vai acabar e não vai se formar novamente", afirma Canado.

Só 5% da herança desse contencioso pode afetar a CBS e o IBS. Esse percentual se refere, basicamente, a processos nos quais não foi possível identificar a discussão por limitação de informações sobre o caso.

O trabalho "Impactos da Reforma dos **Tributos** sobre o Consumo no Contencioso Tributário de Companhias Brasileiras" foi feito com informações de companhias de capital aberto que têm processos em discussão na esfera administrativa ou no Judiciário.

De 751 companhias abertas analisadas, 232 (31% do total) divulgaram a existência de algum contencioso tributário relacionado a esses **tributos**. Segundo o estudo, 19% das empresas têm alguma discussão de PIS/Cofins, e 17% discutem questões de ICMS. O ISS aparece com 8%, seguido pelo IPI (4% das companhias).

São 526 processos, no valor de R\$ 120,7 bilhões, com base em informações das demonstrações contábeis de 2021. São reportados processos com perda classificada pela companhia como provável ou possível. PIS/Cofins e ICMS respondem cada um por cerca de 40% do valor.

"A gente está olhando para os maiores contribuintes do Brasil. É natural que as principais discussões estejam concentradas nessas empresas. Eliminar pelo menos 95% do contencioso sobre consumo dessas companhias já é uma justificativa suficiente para a gente reformar", afirma Thais Romero Veiga Shingai.

"A gente acabou comprovando que quem começou a redigir a PEC lá atrás tinha uma visão muito precisa de quais eram os problemas do sistema tributário. Tanto que quase 100% do que é contencioso

de todos esses **tributos** vai ser impactado pela reforma", afirma Breno Vasconcelos.

Ele aponta que uma questão que pode aumentara complexidade e gerar discussões judiciais e administrativas é a proposta de alguns estados de não centralizar a arrecadação do IBS em um conselho federativo com governadores e prefeitos.

São Paulo era um dos principais defensores desse modelo, mas, nesta quarta, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) recuou e admitiu a possibilidade de apoiar a cobrança centralizada.

O trabalho classifica a controvérsia em potencialmente eliminada pela reforma ou parcialmente eliminada -

nesse último caso, também por conta da falta de informações mais precisas sobre a discussão. Questões de conflito de competências e não-cumulatividade estão na lista de problemas eliminados.

A análise considerou a proposta divulgada pelo relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), no dia 22 de junho. Os pesquisadores afirmam que o deputado tem sido bem fiel aos princípios fundamentais do IVA.

"São as principais características do IVA que acabam com os nossos principais problemas, que são não-cumulatividade, base ampla, princípio do destino que acaba com a guerra fiscal", afirma Vanessa Canado.

Ela acrescenta que os benefícios poderiam ser maiores se não houvesse tratamentos diferenciados, como previa o texto original da reforma. "Esses tratamentos diferenciados vão gerar o contencioso no Brasil que geram, por exemplo, na Europa. Mas isso é muito residual."

A gente está olhando para os maiores contribuintes do Brasil. Eliminar pelo menos 95% do contencioso sobre consumo dessas companhias já é uma justificativa suficiente para a gente reformar

Thais Romero Veiga Shingai pesquisadora

Fiesp lança manifesto em defesa da reforma

A Fiesp lança nesta quinta (6) um manifesto em defesa do texto da **reforma tributária** que tramita na Câmara. No documento, a entidade diz que todos os setores econômicos e sociais vão ganhar com um sistema racional. "Apoiamos com convicção essa causa porque ela é boa e necessária para o país.

A aprovação da **reforma tributária** dos **impostos** sobre o consumo, numa primeira etapa, tem o potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 12% a 20% em até 15 anos, segundo estudos disponíveis. Isso significa, em dinheiro de hoje, R\$ 1,2 trilhão a mais circulando na economia", diz a Fiesp.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329&maxTouch=0&anchor=6479808&pd=3372f83f100e51f60f3fa40e608ab6d5>

# Câmara inicia discussão da reforma tributária para votar proposta na 5ª-feira

(Texto reescrito e atualizado com início da discussão da reforma no plenário e novas informações)

Por Maria Carolina Marcello e Fabricio de Castro

(Reuters) - A Câmara dos Deputados iniciou nesta quarta-feira a discussão da **reforma tributária** em plenário, etapa anterior ao processo de votação previsto pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para a quinta-feira.

Lira, equipe econômica e o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), passaram o dia em reuniões com bancadas, governadores e demais envolvidos nas mudanças no sistema tributário.

Mais cedo, Lira havia manifestado em entrevista à GloboNews a expectativa que a **reforma tributária** tivesse sua discussão iniciada nesta quarta para poder ser votada na quinta.

A nossa intenção é já hoje no final da tarde pautá-la para início de discussão, exaurir a discussão hoje e amanhã e, se tudo correr bem, com votação em primeiro turno já na noite de quinta-feira, explicou o presidente da Casa.

Uma fonte governista disse à Reuters que a tendência era que a Câmara de fato iniciasse a discussão da reforma nesta noite, mas ponderou que as demais pautas da semana seguem em stand by, já que alguns partidos ainda resolviam pendências com o Planalto nesta quarta.

Após um dia repleto de reuniões e conversas, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou formalmente seu parecer em plenário.

O parlamentar, que busca cumprir o cronograma esperado por Lira, disse ter prestado esclarecimentos sobre a reforma a diversas bancadas e não descartou acatar sugestões oferecidas por governadores, com quem também se reuniu.

Ouvimos muito, dialogamos muito para chegar até aqui, disse o deputado, acrescentando que tem disposição para conversar ainda mais se necessário.

Pouco antes, o relator disse a jornalistas que teve uma reunião excelente com governadores do Sudeste e

que dá para a gente convergir com os outros governadores, com os municípios, para que a gente tenha equilíbrio na governança, acrescentou.

Ao ler seu parecer, Aguinaldo acrescentou que a versão escrita ainda não contemplava os últimos acertos com governadores. Segundo ele, será apresentada uma nova versão do parecer com ajustes, construídos com os governadores, relacionados à formatação do Conselho Federativo, que será responsável pela centralização da arrecadação de **impostos**, o aporte exclusivo da União de 40 bilhões de reais ao Fundo de Desenvolvimento Regional e os critérios de distribuição dos recursos.

Aguinaldo aproveitou para agradecer ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos): Esse posicionamento foi muito importante para consolidar também o posicionamento de outros governadores, disse o relator.

O deputado também elogiou a atuação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, que tomaram decisões importantes.

Uma delas foi o aporte exclusivo ao Fundo de Desenvolvimento Regional onde se está aportando 40 bilhões aos Estados com caráter de desenvolvimento regional, explicou Aguinaldo.

Esse ponto também travava a **reforma tributária** e foi esse ponto que foi decisivo para que nós pudéssemos avançar.

Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a **reforma tributária** precisa dos votos favoráveis de 308 dos 513 deputados em dois turnos de votação para ser aprovada e, então, encaminhada para o Senado, onde precisa do aval de 49 dos 81 senadores, também em duas votações, para ser aprovada e seguir para promulgação.

## CESTA BÁSICA NACIONAL

O relator aproveitou para anunciar que incluiu na proposta a criação de uma cesta básica nacional de alimentos com alíquota zero.

Para que ninguém fique inventando alíquota e fique

inventando que a gente vai pesar a mão sobre o pobre.

O substitutivo apresentado na noite desta quarta-feira por Aguinaldo prevê a extinção da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Em seu lugar, será adotada a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no âmbito federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência de Estados, Distrito Federal e municípios. Será adotado ainda um Imposto Seletivo sobre produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

No caso do IBS, a administração dos recursos será compartilhada por meio de um Conselho Federativo, entidade que será composta por Estados, Distrito Federal e municípios, segundo a versão escrita formalmente apresentada nesta quarta. O texto não especificou como será feita a distribuição do poder no conselho, limitando-se a registrar que os votos serão paritários.

A criação do Conselho Federativo é necessária em razão de competências que precisam ser exercidas de forma uniforme em âmbito nacional, como a administração da arrecadação e a regulamentação do tributo", registrou Aguinaldo no parecer.

## **CARF**

Na entrevista mais cedo, o presidente da Câmara disse também que o fato de o projeto de lei que devolve ao governo o voto de desempate nas decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** tramitar em regime de urgência não impede que a **reforma tributária** seja votada antes.

As mudanças no **Carf**, última instância de recursos administrativos contra punições impostas pela **Receita Federal**, é apontada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como crucial para o novo regime fiscal proposto pelo governo, mas a matéria, também apontada como prioritária por Haddad, tem enfrentado resistências.

Lira disse esperar que as mudanças no **Carf** sejam votadas também nesta semana pela Câmara, mas ressaltou a posição de que a principal prioridade do Brasil no momento é a **reforma tributária**.

Sobre a proposta de novo arcabouço fiscal, que volta a ser apreciado pelos deputados após sofrer alterações no Senado, Lira disse que ele está basicamente

pacificado, uma vez que os deputados devem se debruçar apenas sobre as alterações que os senadores fizeram.

Para o presidente da Câmara, o arcabouço está atrás da **reforma tributária** e das mudanças no **Carf** em grau de importância neste momento.

Após esses dois (**reforma tributária** e **Carf**), nós sentaremos rapidamente com os líderes para analisarmos e pegarmos a posição partidária da manutenção ou não do texto do Senado.

(Reportagem adicional de Eduardo Simões)

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/07/05/camara-inicia-discussao-da-reforma-tributaria-para-votar-proposta-na-5-feira.htm>



# Tributária: CNA condiciona apoio à inclusão no projeto de sete pontos prioritários para o agro

São Paulo, 05

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) afirmou que apoiará a **reforma tributária** se sete pontos prioritários para o agronegócio constarem do relatório final do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). A confederação e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) estão juntas nas negociações com o relator Aguinaldo Ribeiro para que esses pontos sejam levados em consideração na proposta de **reforma tributária**, informou a entidade, em nota. Entre os pleitos, está a adoção de uma alíquota para o agronegócio que corresponda no máximo a 20% do percentual padrão, estimado em 25%.

O pedido é considerado um dos mais difíceis de serem atendidos, já que outros setores, como saúde, transportes e educação, também querem tratamentos diferenciados. A demanda, contudo, é unanimidade no setor produtivo. Outro quesito inegociável pela entidade, mas com amplo apoio dos ambientalistas, é a adoção do imposto seletivo sobre insumos agropecuários e alimentos ultraprocessados. Em relação à garantia do tratamento adequado cooperativo, que assegura que o imposto incida sobre o cooperado e não sobre a cooperativa, há praticamente consenso de inclusão.

Os pontos foram acordados em reunião, nesta quarta-feira, do presidente da CNA, João Martins, com os presidentes das federações estaduais vinculadas à entidade. No encontro, Martins afirmou que a reforma deve garantir a segurança jurídica e simplificar o sistema tributário sem aumentar a carga de **impostos**. As reivindicações, segundo a CNA, visam evitar impactos econômicos da reforma para os produtores rurais e para a população.

Veja abaixo os pontos apresentados pela entidade ao relator da reforma e seus argumentos:

- A alíquota do agronegócio deve ser de até 20% da alíquota padrão, a exemplo do que ocorre em outros países;
- Não obrigatoriedade de pequenos e médios produtores rurais serem contribuintes diretos do

Imposto sobre Valor Agregado (IVA) também como ocorre em países como Espanha e Alemanha; Criação de um regime especial para agricultura, pecuária e pesca. Produtores com faturamento anual de R\$ 4,8 milhões não sejam obrigados ao tributo, mas tenham opção de adesão voluntária;

- Imposto seletivo não pode incidir sobre insumos agropecuários ou sobre alimentos, caso contrário irá elevar o custo de vida da população e gerar cumulatividade tributária, um dos problemas que se pretende eliminar do sistema atual;

- IPVA não deve incidir sobre aeronaves agrícolas e tratores, pois haverá aumento da carga tributária incidente sobre patrimônio e sobre os serviços contratados pelos produtores rurais;

- Remuneração do produtor rural integrado não deve sofrer a incidência do IVA, apenas como é atualmente, incidência do imposto de renda;

- Garantia de que os créditos tributários sejam ressarcidos em até 60 dias, e que não sejam estornados;

- Adequado tratamento ao ato cooperativo. É necessário impedir que haja tributação mais gravosa na relação entre cooperado e cooperativa do que aquela que incidiria se ele operasse individualmente ou por outro tipo societário.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/05/tributaria-cna-condiciona-apoio-a-inclusao-no-projeto-de-sete-pontos-prioritarios-para-o-agro.htm>

# Setor de software e tecnologia da informação pede tratamento diferenciado na reforma tributária

*São Paulo, 05*

A Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) manifestou nesta quarta-feira, 5, o pedido de tratamento diferenciado para o setor na proposta de **reforma tributária** que está em andamento. A instituição argumenta que é preciso proporcionar uma alíquota reduzida para se incentivar os investimentos estratégicos em software e serviços de tecnologia da informação, que têm um papel importante nas iniciativas de digitalização do País.

A preocupação da Abes é que o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), também conhecido como Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), aumente a carga tributária nas operações de licenciamento de uso de softwares, bem como nos serviços diversos de tecnologia da informação.

A alíquota para o segmento ainda não é conhecida até aqui. Mas, tomando como referência a alíquota base de 25% do IVA e/ou IBS, a carga tributária atual da categoria seria multiplicada por quatro. No final, o consumidor pagará a conta, já que ele não tem como repassar o acréscimo tributário dos bens ou serviços que porventura adquirir, afirma o presidente do conselho da Abes, Rodolfo Fücher.

Os membros da Abes alegam que desenvolver softwares no Brasil ficará mais caro, pois o principal insumo do setor está na mão de obra, mas esses custos não geram crédito no conceito da **reforma tributária** proposta. A expectativa é de queda nos investimentos, pois a diminuição das margens para acomodação da elevação dos preços no final da cadeia levará a uma forte redução na capacidade de contratação de mão de obra e de investimentos em inovação.

Considerando como referência alíquota de 25% do IVA, estimamos um aumento em torno de 22% no preço final dos softwares e serviços de tecnologia, o que irá gerar uma redução do consumo, com menos investimentos em tecnologia e inovação, mais a perda de produtividade e competitividade do País, afirma o conselheiro da Abes, Jorge Sukarie.

A Abes também enfatiza que o setor de TI tem o potencial de impulsionar o crescimento econômico do país. Na sua avaliação, o sistema tributário deveria favorecer a expansão do setor, aumentando sua contribuição para o Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional. Segundo a associação, o setor de TI cresceu aproximadamente 3,0% em 2022, movimentando R\$ 247,4 bilhões.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/05/setor-de-software-e-tecnologia-da-informacao-pede-tratamento-diferenciado-na-reforma-tributaria.htm>

# Frente Nacional de Prefeitos lança campanha na TV contra a reforma tributária

**Brasília**

/  
**Hellen Leite, do R7, em Brasília**

A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) veiculou na televisão uma campanha contra a proposta da **reforma tributária** que pode ser votada nesta semana na Câmara dos Deputados. Prefeitos têm criticado o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sob as alegações de que a reforma reduz a arrecadação dos municípios, concentra recursos tributários na União, fere o pacto federativo e aumenta os **impostos** de vários setores da economia.

"Nós apoiamos um sistema de arrecadação mais simples e justo e acreditamos nele. Mas não podemos concordar com a reforma que está avançando na Câmara dos Deputados. O modelo é injusto: aumenta **impostos** para os mais pobres e tira recursos dos municípios, prejudicando os serviços essenciais, como os de saúde, educação e transporte", diz a atriz no vídeo que foi distribuído a canais de televisão abertos e fechados.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Na terça-feira (4), um grupo de prefeitos esteve na Câmara para mobilização contra a proposta. Além de encontrarem Aguinaldo Ribeiro, eles se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e conversaram com parlamentares das bancadas federais.

Para o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (PL), os municípios terão que compensar a arrecadação com o aumento de **impostos** como o IPTU, no caso de a proposta da reforma ser aprovada. "Não é razoável a concentração da receita com a União. Essa é a maior concentração de recursos para o governo federal. Estamos abertos a contribuir, mas [a proposta de **reforma tributária**] não é democrática", comentou.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), também afirmou que os municípios serão impactados com a aprovação do texto. "É o maior retrocesso

institucional da história brasileira, que é incorporar e tirar uma parte da autonomia dos municípios, o que foi uma conquista da Constituição de 1988. Nós estamos voltando ao modelo de um Brasil autoritário e centralizador, em que tudo se resolvia vindo a Brasília. E, certamente, não é o país que nós queremos", disse.

O texto da **reforma tributária** prevê a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dividido entre um nacional, que vai substituir o PIS, o IPI e a Cofins, e o outro regional, no lugar do ICMS e do ISS. O modelo também terá uma alíquota única como regra geral, que será 50% menor para alguns setores, como saúde, educação, transporte público, medicamentos e produtos do agronegócio.

Alguns segmentos ficarão isentos, já outros terão um imposto seletivo para desestimular o consumo, como o de bebidas alcoólicas e alimentos industrializados.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasilia/frente-nacional-de-prefeitos-lanca-campanha-na-tv-contra-a-reforma-tributaria-05072023>

# Tributária: governadores do Sul e Sudeste buscam mais poder em conselho que vai gerir recursos

Os governadores dos Estados do Sul e Sudeste, mais o Mato Grosso do Sul, querem aumentar o seu poder de decisão no Conselho Federativo, órgão a ser criado na **reforma tributária** para administrar a arrecadação do novo imposto, o IBS, que reunirá os atuais ICMS (estadual) e ISS (municipal).

A governança desse comitê foi um dos principais temas debatidos pelos líderes regionais com as bancadas de deputados federais e senadores na noite desta terça-feira, 4, em Brasília.

Ter mais peso nessa composição do conselho foi uma demanda inicialmente apresentada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e encampada por seus colegas. Tarcísio sugeriu que os votos levassem em conta a população de cada Estado, como uma forma de evitar derrotas como as que São Paulo vem sofrendo no Comsefaz (Conselho Nacional de Secretários de Fazenda), no qual cada Estado tem peso equivalente.

Essa não é a única sugestão, porém. O governador Ratinho Jr. (PSD-PR) disse que uma fórmula que tem apoio de todos os governadores mantém pesos iguais para todos os membros, mas exige que as decisões sejam aprovadas por dois terços dos Estados de cada região do País.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), deixou claro que os Estados do Sul e do Sudeste têm receio de o Norte e o Nordeste, que têm mais unidades da Federação, dominarem o Conselho Federativo que poderá ser criado para gerir parte dos **impostos** na **reforma tributária**.

É importante que haja um quórum regionalizado, disse Leite. Ele mencionou que Norte e Nordeste, juntos, têm mais da metade dos Estados brasileiros. Se as decisões no Conselho Federativo forem tomadas por maioria simples, uma aliança entre as duas regiões seria suficiente para ditar os rumos das deliberações.

As duas propostas são diferentes do fixado inicialmente pelo relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que propôs a formação do

grupo com 26 representantes de Estados e 26 representantes de municípios mais o Distrito Federal.

Parlamentares do Sul e Sudeste alegam que, com essa redação, não fica claro sequer se todos os Estados serão representados e, ainda, que os Estados menores terão mais sobrerrepresentação em relação às regiões mais populosas. Uma Rondônia e uma Roraima serão o dobro de São Paulo, disse o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP).

Após a reunião, deputados ensaiaram sugestões para ajustar o texto. Tem de ser por população, por tamanho do Estado. Não pode Rio e São Paulo ter o mesmo tamanho de outros menores, se não fica um conselho em que ninguém se entende, diz Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

São Paulo quer o voto ou pelo tamanho da população ou pela desigualdade. Só que no Comsefaz não é assim, como no Senado não é assim. São Paulo não tem mais senadores do que Alagoas para dar equilíbrio para a federação, disse Zeca Dirceu (PT-PR).

Tarcísio de Freitas disse que se a governança do conselho for ajustada, poderá ser possível instituir uma arrecadação de **impostos** mais centralizada. Ele disse que São Paulo aceita perder arrecadação no curto prazo para viabilizar a **reforma tributária**. No longo prazo, o Estado também arrecadaria mais, de acordo com o governador. Colaborou Caio Spechoto.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/05/tributaria-governadores-do-sul-e-sudeste-buscam-mais-poder-em-conselho-que-vai-gerir-recursos.htm>

# 'Jogo de ganha-ganha', diz Haddad após reunião com governador de SP sobre reforma tributária

**Brasília**

/  
**Rafaela Soares, do R7, em Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (5) que a aprovação da **reforma tributária** é um "jogo de ganha-ganha" e que "todo mundo vai ganhar porque o Brasil vai ganhar". Declaração ocorreu após reunião com o governador de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos). O texto da reforma é analisado pela Câmara dos Deputados após o anúncio de um esforço concentrado para aprovar pautas econômicas .

Haddad ressaltou que a possível aprovação do texto vai passar a ideia de que é um projeto de país que está em curso. "Se o texto for aprovado, mais investimentos virão ao Brasil, em função da segurança jurídica, e mais conforto aos gestores públicos para honrar seus compromissos sociais", afirmou.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O ministro agradeceu a presença do governador e disse que o governo de São Paulo sempre demonstrou apoio ao texto e que algumas ponderações foram feitas durante a reunião. "Não é novidade que o governador Tarcísio tenha se manifestado a favor da reforma, mesmo sabendo que São Paulo terá um desafio de curto prazo", disse.

Leia mais: **Reforma tributária** pode aumentar **PIB** em ao menos 12% em 15 anos, diz secretário da Fazenda

Nessa terça (4), o secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, afirmou que o estado está disposto a perder "alguma coisa por curto prazo" na arrecadação de **impostos**, em caso da aprovação da **reforma tributária**.

Haddad também vai encontrar com o governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), e

parlamentares da bancada da região para tratar sobre a Zona Franca de Manaus. "Estamos querendo que seja um projeto nacional, mas que atenda as especificidades locais", declarou.

O texto da proposta da **reforma tributária** prevê a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dividido entre um nacional, que vai substituir o PIS, o IPI e a Cofins, e o outro regional, no lugar do ICMS e do ISS. O modelo também terá uma alíquota única como regra geral, que será 50% menor para alguns setores, como saúde, educação, transporte público, medicamentos e produtos do agronegócio.

Alguns segmentos ficarão isentos, já outros terão um imposto seletivo para desestimular o consumo, como os de bebidas alcoólicas e alimentos industrializados.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasilia/jogo-de-ganha-ganha-diz-haddad-apos-reuniao-com-governador-de-sp-sobre-reforma-tributaria-05072023>

# Reforma Tributária: aprovação não vai aumentar cesta básica, diz Tebet

Com a expectativa de votação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que, caso seja aprovada, a medida não vai provocar aumento no preço da cesta básica. Ela defende a aprovação da PEC, para garantir o crescimento do país.

A declaração foi dada durante o programa Bom dia, Ministra, da TV Brasil Gov . Tebet destacou que a medida também não vai afetar os cofres de estados e municípios, e nem o setor do agronegócio.

Há quase duas semanas, a Abras, Associação Brasileira de Supermercados, manifestou, em nota, preocupação com o texto da PEC. Segundo a entidade, a reforma não pode prejudicar os consumidores, caso os itens da cesta básica tenham mais **tributos**.

Após a participação no programa, Simone Tebet explicou que a ideia é justamente o contrário: a reforma deve isentar os mais pobres de **impostos** na cesta básica e que ela vai ficar mais barata.

Sobre o pagamento do piso salarial da enfermagem, Simone Tebet explicou que algumas falhas no texto da lei atrasaram o repasse do valor para estados e municípios. O que, segundo ela, vai ser resolvido.

Sobre a elaboração do Plano Plurianual 2024 a 2027, a ministra do Planejamento e Orçamento comemorou a participação da população para definir as prioridades do orçamento da União. Segundo ela, mais de 500 mil pessoas já contribuíram e a principal demanda está ligada à moradia e à valorização da agricultura familiar.

**Site:** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-07/reforma-tributaria-aprovacao-nao-vai-aumentar-cesta-basica-diz-tebet>

# Lira: Não vamos transformar a reforma tributária numa batalha político-partidária

Brasília - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez um apelo nesta quarta-feira, 5, para que o projeto de **reforma tributária** (PEC 45) não seja transformada em uma batalha político-partidária. O deputado alagoano também disse, nas redes sociais, que o debate sobre a proposta não deve ser usado para se ganhar notoriedade momentânea.

Lira convocou para esta semana um esforço concentrado, de segunda a sexta-feira, com o objetivo de destravar a pauta econômica, que inclui, além da tributária, o projeto de lei que retoma o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) e as alterações do Senado no arcabouço fiscal.

No entanto, o PL, partido opositor que abriga o ex-presidente Jair Bolsonaro, disse que apresentará um requerimento de retirada de pauta caso haja alguma tentativa de votar a reforma nesta semana. Além disso, o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ainda negocia demandas de governadores como Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo.

O Brasil precisa de uma nova **legislação tributária**. Sem ela, o País não avança. O momento é de diálogo e de acolhermos as sugestões de governadores, prefeitos e da sociedade, escreveu Lira, no Twitter. Não vamos transformar a **reforma tributária** numa batalha político-partidária e nem aproveitá-la para ganhar uma notoriedade momentânea.

Lira disse que vai continuar trabalhando hoje para votar até sexta o PL do **Carf**, o arcabouço fiscal e a tributária. Como acertado no colégio de líderes da Casa, essas matérias serão votadas à medida que obtivermos consenso para termos maioria para aprovarmos os textos, ressaltou.

Como mostrou ontem o Estadão/Broadcast, Lira e os líderes partidários consideram adiantar a votação da **reforma tributária** para antes do PL do **Carf**. Há um entendimento interno na Casa de que o trancamento de pauta por projetos com urgência constitucional, como é o caso do **Carf**, não atinge Propostas de Emenda à Constituição (PEC).

A tributária não tem trancamento (de pauta), respondeu Lira, ao ser questionado sobre a possibilidade de adiantar a votação da proposta. A

ideia de antecipar a apreciação da reforma no plenário ganhou força diante do impasse que se formou na discussão do **Carf**. Ontem, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que reúne 300 deputados, anunciou posição contrária ao retorno do voto de qualidade, que consiste em um desempate a favor da **Receita Federal** no tribunal, que julga conflitos tributários.

O Regimento Interno da Câmara não especifica que a tramitação de PECs estaria acima da urgência constitucional, mas há uma interpretação, mesmo entre técnicos da Casa, de que é possível aprovar emendas à Constituição mesmo com o trancamento da pauta.

Findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Câmara, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto (com urgência constitucional) será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime sua votação, diz o regimento.

A Mesa Diretora da Câmara cancelou todas as reuniões de comissões temáticas e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), além de sessões solenes, ao longo desta semana para que os parlamentares se dediquem às votações da pauta econômica. Além disso, para pressionar os deputados a virem para Brasília, a marcação remota de presença foi suspensa.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/lira-nao-vamos-transformar-a-reforma-tributaria-numa-batalha-politico-partidaria,d73739c60427f99cee52680b880898983qo00gn8.html>

# Governador do Amazonas defende reforma tributária, mas cobra manutenção da Zona Franca de Manaus

(Reuters) -O governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), disse nesta quarta-feira que seu Estado se compromete a apoiar a aprovação do projeto de **reforma tributária**, mas pediu medidas para a manutenção da Zona Franca de Manaus.

(Reconheço) o empenho que o governo federal tem feito no sentido de discutir com os governadores e encontrar um caminho de entendimento... Empenho o compromisso do governo do Estado do Amazonas em apoiar a **reforma tributária**, disse Lima a repórteres, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Apesar do apoio, Lima afirmou que a reforma causa preocupações em seu Estado e que deseja manter o modelo econômico adotado na Zona Franca de Manaus, informando que a indústria representa cerca de 30% do **PIB** amazonense.

Não podemos prescindir da Zona Franca de Manaus, que tem um modelo diferenciado de tributação, e o que a gente veio conversar com o ministério foi para que seja garantido o que está na Constituição, os incentivos (fiscais), disse.

Ele descreveu a Zona Franca como o modelo mais exitoso de desenvolvimento social e econômico no país e disse que o enfraquecimento do modelo representaria mais desmatamento na floresta amazônica.

Perder a Zona Franca de Manaus é começar a tacar fogo na floresta. Por isso nós não podemos prescindir e nós não abrimos mão desse modelo, acrescentou.

Lima defendeu uma proposta amplamente difundida entre governadores da criação de um fundo de compensação e desenvolvimento para Estados prejudicados e disse que a **reforma tributária** não pode ampliar o abismo social que existe entre as regiões do país.

Ao lado do governador, Haddad disse que, por parte do ministério, a região tem um futuro promissor e que o Brasil e a questão das mudanças climáticas seriam prejudicadas com seu enfraquecimento.

Mais cedo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também se reuniu com Haddad e colocou seu Estado como um parceiro na aprovação da **reforma tributária**, dizendo que suas divergências são pontuais e podem ser resolvidas.

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/governador-do-amazonas-defende-reforma-tributaria-mas-cobra-manutencao-da-zona-franca-de-manaus,f95c4260d7e4a43bcd11b96be3a4483ch8bk97nr.html>



# Dólar tem leve alta ante real com tramitação da reforma tributária e ata do Fed em foco

O dólar tinha leve alta frente ao real logo nesta quarta-feira, conforme investidores aguardavam a publicação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve, de olho ainda na tramitação de uma série de pautas econômicas brasileiras, incluindo a **reforma tributária**, na Câmara dos Deputados.

Às 10:33 (horário de Brasília), o dólar à vista avançava 0,16%, a 4,8474 reais na venda.

Na B3, às 10:33 (horário de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento subia 0,06%, a 4,8690 reais.

Segundo Thiago Avallone, especialista em câmbio da Manchester Investimentos, a alta do dólar era estimulada em parte por questões políticas internas em meio aos esforços da Câmara dos Deputados para votar uma série de projetos econômicos, incluindo a **reforma tributária**.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reiterou nesta quarta-feira sua intenção de votar na Casa a **reforma tributária**, a proposta que retoma o voto de qualidade do governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e o novo marco fiscal até sexta-feira. No entanto, a resistência de parte do Congresso ao avanço dessas pautas tem levantado preocupações no mercado.

(A **reforma tributária**) está sendo empurrada para que tentem votar até sexta-feira, mas eu acho que isso não deve acontecer, o que não é bom para o desempenho do real perante o dólar, alertou Avallone.

Ele chamou a atenção ainda para expectativas pela divulgação da ata do último encontro de política monetária do Federal Reserve, às 15h desta quarta-feira, que pode oferecer detalhes sobre a intenção das autoridades do banco central dos Estados Unidos de elevar os custos dos empréstimos em 0,25 ponto percentual mais duas vezes este ano.

(A ata) pode dar grandes indícios do que vai acontecer com a taxa de juros americana, disse Avallone, acrescentando que a divulgação, na sexta-feira, de um importante relatório de empregos dos EUA pode reforçar ou não esse aumento gradual (dos juros), dependendo de como vier.

Em nota a clientes, a Guide Investimentos disse que os investidores buscam pistas de como foi a discussão sobre a trajetória futura (dos juros do Fed), e se há espaço para alguma interrupção dos aumentos na próxima reunião que ocorrerá ainda neste mês.

No exterior, o índice do dólar contra uma cesta de pares fortes rondava a estabilidade.

Na véspera, o dólar à vista fechou o dia cotado a 4,8398 reais na venda, com alta de 0,69%.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/dolar-tem-leve-alta-ante-real-com-tramitacao-da-reforma-tributaria-e-ata-do-fed-em-foco,0afc1740eada474b67e6934c21add117smo51rum.html>

# Glossário da reforma tributária: entenda termos como IVA, CBS, IBS e FDR

A **reforma tributária**, que está na pauta de votações da Câmara desta semana, pretende alterar o modelo brasileiro de tributação, implantado em 1988. A reforma visa a simplificação de um sistema que é considerado complexo e disfuncional.

Neste glossário, o Estadão explica os principais termos e siglas envolvidos na proposta, os **impostos** já existentes e aqueles que serão reformulados.

A **reforma tributária** prevê a criação de dois **impostos** sobre Valor Agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unificar os **tributos** federais: PIS, Cofins e IPI, com base ampla e não cumulatividade plena na cadeia de produção - ou seja, sem tributação em cascata.

O imposto será cobrado no destino (local do consumo do bem ou serviço), e não na origem, como é hoje. Haverá desoneração de exportações e investimentos.

O Imposto sobre Bens e Serviços, proposto pela **reforma tributária**, pretende unificar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estadual, e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), municipal.

O IBS seria a parcela do imposto único da **reforma tributária** gerida pelos Estados e municípios, enquanto a CBS seria gerida pela União.

Proposto na **reforma tributária**, a Contribuição sobre Bens e Serviços prevê a substituição de três contribuições federais por apenas uma. O tributo unificará o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

A CBS seria gerida pela União, enquanto o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ficaria sob responsabilidade dos Estados e municípios, segundo a proposta da **reforma tributária**.

A Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) é um imposto federal que incide sobre a receita bruta das empresas. O valor arrecadado

deste tributo contribui para custear a **seguridade social**: saúde pública, Previdência e outras áreas da assistência social.

O Imposto Seletivo, outra proposta da reforma, incidirá sobre a produção, comercialização ou importação de produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como agrotóxicos, cigarro e bebidas alcoólicas, desonerando as exportações. A taxa será usada para substituição do IPI e irá manter a Zona Franca de Manaus.

O Imposto sobre Produtos Industrializados, federal, incide sobre produtos industrializados nacionais e importados. O percentual varia conforme a mercadoria.

O Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor, estadual, incide sobre a propriedade de veículos, pago anualmente por proprietários de veículos.

O Imposto Predial e Territorial Urbano é cobrado daqueles que possuem imóveis no meio urbano, seja residencial ou comercial.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é um tributo estadual, de valores definidos pelos Estados e Distrito Federal. O imposto incide em quase todas as operações em que circulam mercadorias e é embutido diretamente ao consumidor final. Geralmente, a alíquota de ICMS dos Estados varia entre 17% e 18% sobre o valor do produto.

Algumas operações com incidência de ICMS são a compra de mercadorias como alimentos, eletrodomésticos, bebidas, roupas, combustível, contratação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios, prestação de serviços de telecomunicação e entrada de mercadoria importada.

O Imposto sobre Serviços, municipal, incide na prestação de serviços realizada por empresas e profissionais autônomos.

O Imposto de Renda de Pessoa Física é um tributo cobrado anualmente pelo governo brasileiro sobre os ganhos das pessoas físicas.

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incide sobre todas as operações financeiras, como o crédito, câmbio, seguros, cheque especial e resgate de valores mobiliários. A arrecadação e determinação de alíquotas deste tributo é federal.

Além da função arrecadatória, o tributo é uma importante ferramenta para a regulação da economia nacional e atua incentivando ou desincentivando determinados setores e atividades, devido a sua influência no crédito.

As Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) são contribuições especiais de competência exclusiva da União. Esses **tributos** são de natureza extrafiscal e de arrecadação vinculada.

A CIDE Combustíveis é relativa às atividades de importação e comercialização do álcool combustível, do petróleo e do gás natural e seus derivados. Os contribuintes da CIDE Combustíveis são os produtores (refinaria), os formuladores (laboratórios de pesquisas) e os importadores dos combustíveis (pessoa física ou jurídica).

O Imposto de Transmissão de Bens Imóveis é um tributo municipal cobrado pelo comprador em transações imobiliárias entre pessoas vivas. O imposto é obrigatório para oficializar a aquisição e venda e é pago no Registro de Imóveis.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos é pago por quem recebe bens ou direitos por herança ou doação. É um tributo de competência impositiva dos Estados e do Distrito Federal.

O Fundo de Desenvolvimento Regional também é uma das propostas da **reforma tributária**. O seu objetivo é reduzir as desigualdades regionais, bancado por um percentual das receitas adquiridas com os **tributos** exclusivos da União - o Imposto Seletivo (IS), que vai incidir sobre produtos como álcool e cigarro, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai substituir PIS, Cofins e IPI.

O FDR busca, portanto, compensar Estados e municípios com o fim da chamada guerra fiscal no País. Isso porque a reforma acaba com o mecanismo de incentivos tributários concedidos pelos Estados para atrair empresas às suas regiões. A ideia é que o fundo tenha um valor entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões.

Já o Programa de Integração Social, também cobrado das empresas, serve para custear o pagamento do seguro-desemprego, abono salarial e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores

públicos e de empresas privadas.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica é o tributo federal cobrado em cima do lucro das empresas com CNPJ ativo.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/glossario-da-reforma-tributaria-entenda-termos-como-iva-cbs-ibs-e-fdr,7499753998b3da38a60d7f5ed1582c30335z56cz.html>

# Devolução de imposto? Quem pode ser beneficiado e quem pagaria mais na reforma tributária

A reforma que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva deseja aprovar no Congresso neste ano busca simplificar o sistema tributário, unificando diversos **tributos** que hoje são cobrados sobre a produção e a comercialização de produtos e serviços.

A proposta, que pode aumentar a produtividade da economia e alavancar o crescimento, é debatida há décadas no país. Ela tem enfrentado dificuldades para sair do papel porque impacta interesses de diferentes setores econômicos e mexe na arrecadação da União, de Estados e municípios, demandando ampla negociação.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que pretende fazer com que a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 45 - um dos principais projetos de reforma no Congresso - ocorra até sexta-feira (7/7). Em seguida, a matéria iria para o Senado - e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que pretende levar a pauta ao plenário no segundo semestre.

Além da simplificação do sistema, o governo defende a criação de um mecanismo que devolveria aos mais pobres o imposto cobrado sobre seu consumo, medida que contribuiria para reduzir a elevada desigualdade de renda no país.

A ideia é que essa devolução substitua desonerações que hoje beneficiam toda a população, sem distinção entre ricos e pobres, como no caso da cesta básica.

A proposta implicaria que o novo imposto tenha uma alíquota um pouco maior para os segmentos de renda média e alta, mas o governo argumenta que o impacto geral da reforma continuaria beneficiando todos os grupos sociais devido aos ganhos de crescimento econômico (entenda melhor ao longo da reportagem).

Significa que os mais ricos vão ser prejudicados? Não, eles serão menos beneficiados do que os mais pobres , disse o secretário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em fevereiro, durante evento do banco BTG, ao defender a devolução de **impostos**.

Segundo a especialista em questões tributárias Melina Rocha, diretora de cursos na York University, no Canadá, hoje há um consenso de que esse modelo - que substitui a desoneração de produtos como cesta básica por desoneração de pessoas - é mais justo.

Há um duplo benefício: não só o pobre deixa de pagar o imposto sobre produtos essenciais, porque esse imposto vai ser devolvido, mas também a família mais pobre vai ser beneficiada porque o governo está arrecadando mais riqueza de quem tem mais capacidade para pagar tributo e vai aplicar esse dinheiro para políticas públicas que geralmente se revertem para os mais pobres , ressalta.

Rio Grande do Sul passou a devolver ICMS em 2021

Segundo estudiosos do assunto, adotar a devolução para os mais pobres não seria algo complexo, pois o país já conta com um sistema de cobrança de **impostos** bem informatizado e com um amplo cadastro nacional de famílias de menor renda, o Cadastro Único (CadÚnico), que serve de referência para programas sociais, como o Bolsa Família.

Uma iniciativa pioneira que devolve parte do ICMS às famílias mais pobres foi adotada pelo Rio Grande do Sul em 2021 e tem servido de inspiração para a proposta nacional.

O Ministério da Fazenda estuda também experiências internacionais, como a devolução de **impostos** adotada no Uruguai, na Colômbia e no Canadá.

No caso do Rio Grande do Sul, o Devolve ICMS já distribuiu R\$ 278 milhões desde seu início e hoje atende cerca de 600 mil famílias gaúchas inscritas no CadÚnico ou que tenham um dependente na rede estadual de ensino médio.

Essas famílias, que devem ter renda total de até três salários mínimos ou renda média por pessoa inferior a meio salário mínimo, recebem trimestralmente por meio de um cartão o valor fixo de R\$ 100, como devolução do imposto. Há também uma parcela variável paga àquelas que solicitam inclusão do CPF na nota fiscal, a depender do valor consumido. No

último trimestre, essa parcela extra foi de cerca de R\$ 28 em média por família.

A grande virtude do programa (do Rio Grande do Sul) é mostrar que a devolução é factível. Vejo ainda muitos questionamentos dizendo que seria difícil devolver **impostos**, mas temos instrumentos e tecnologia suficiente para fazer isso no Brasil, disse à reportagem Giovani Padilha, auditor Fiscal da Receita gaúcha e autor da tese de doutorado que gerou a criação do Devolve ICMS.

Como a devolução está prevista na reforma?

O principal objetivo da **reforma tributária** é simplificar o sistema. Há duas alternativas principais já em análise no Congresso, ambas propostas de emenda constitucional (PEC).

A PEC 45 prevê unificar cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que funcionaria como um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), comum em países desenvolvidos. Esse modelo evita o acúmulo de **tributos** ao longo da cadeia produtiva.

Já a PEC 110 previa originalmente unificar nove **impostos**, mas sua última versão é mais modesta. Ela sugere um IVA duplo: o IBS substituiria apenas o ICMS (**impostos** estadual) e o ISS (**impostos** municipal). Já a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unificaria Cofins e PIS (**impostos** federais).

As duas PECs já preveem a possibilidade de adotar a devolução de parte dos **impostos** aos mais pobres. A PEC 110 prevê que o retorno do tributo será criado por meio de uma lei complementar. Já a PEC 45 estabelece que o IBS terá um adicional em sua alíquota para custear esse programa.

Uma simulação feita por professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para estimar o impacto da devolução de **impostos** aos mais pobres, por exemplo, estipulou que a alíquota básica do IBS seria de 24,19% num cenário sem devolução. Esse seria o patamar necessário para manter a mesma arrecadação dos cinco **impostos** que seriam unificados.

Já no cenário com devolução haveria uma alíquota um pouco maior, que foi fixada em 24,55% na simulação (saiba mais ao longo da reportagem).

Os autores da simulação - que não corresponde necessariamente ao que será aprovado no Congresso - são os economistas Edson Domingues e Débora Freire, que hoje está na equipe do Ministério da Fazenda como subsecretária de política fiscal.

O governo não enviará ao Parlamento uma nova proposta de **reforma tributária**. O objetivo é coordenar as negociações em cima dessas duas PECs já em tramitação para chegar a um desenho final que tenha apoio para ser aprovado.

Qual seria o impacto no bolso dos brasileiros?

Especialistas dizem que apenas a unificação de **impostos**, sem a devolução aos mais pobres, já teria o impacto de beneficiar os grupos de menor renda.

De modo geral, a forma como a produção e o consumo são tributados hoje gera uma carga maior sobre as famílias mais pobres.

Isso porque atualmente o consumo de bens tem carga tributária maior que o de serviços. E os brasileiros de menor renda concentram seu consumo mais em itens básicos, enquanto aqueles com mais dinheiro conseguem consumir mais serviços, como jantar em um restaurante ou ir a um show pago.

A simplificação do sistema tributário com a unificação de **impostos** deve reduzir esse problema, porque, de modo geral, tende a reduzir a carga tributária sobre a produção de bens pela indústria e elevar a que incide sobre o setor de serviços.

Mas o impacto na redução da desigualdade será bem maior caso haja a devolução de **impostos**.

E o impacto para cada grupo de renda vai depender do que de fato for aprovado e implementado: por exemplo, qual será a alíquota do novo imposto, quanto vai ser devolvido, e quais famílias terão direito.

A simulação feita por professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - detalhada no relatório Como a devolução dos **impostos** pode ajudar a reduzir a desigualdade no Brasil - indica que o impacto geral dessas duas medidas (unificação de **impostos** mais a devolução para os mais pobres) pode elevar em mais de 20% a capacidade de consumo de famílias com renda mensal de até um salário mínimo (hoje em R\$ 1.302).

Os autores consideraram que a devolução seria feita para as famílias do CadÚnico, no valor máximo de R\$ 13,22 por pessoa, que corresponde ao arrecadado com itens da cesta básica segundo o padrão de consumo de famílias com renda familiar de até R\$ 1.908, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE de 2017/2018.

Nessa simulação, famílias com renda per capita mensal de até R\$ 178 receberiam o valor teto (R\$

13,22 por pessoa). Já famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo teriam benefício de 75% do valor teto (R\$ 9,25 por pessoa). Enquanto as de renda per capita acima de meio salário mínimo receberiam 35% do valor teto (R\$ 4,63 por pessoa).

No total, R\$ 9,8 bilhões seriam devolvidos no ano para 72,3 milhões de pessoas.

Por outro lado, a simulação indica que as duas medidas juntas tenderiam a reduzir um pouco a capacidade de consumo de famílias com renda a partir de quinze salários mínimos (hoje em R\$ 19.530).

Já as famílias com renda intermediária teriam um ganho de capacidade de consumo mais modesto (menos de 5%), que seria menor quanto maior fosse a renda.

Essa simulação, no entanto, não leva em conta o ganho de produtividade esperado para a economia com a simplificação do sistema tributário.

Uma projeção do economista da FGV Bráulio Borges indica que uma **reforma tributária** nos moldes da PEC 45 poderia elevar o **PIB** potencial brasileiro em 20% em 15 anos.

Outras projeções menos otimistas indicam que o impacto no **PIB** no longo prazo, isto é, quando todos os ganhos da reforma forem absorvidos pela economia, seria de ao menos 12%, ressalta Debora Freire.

O pequeno efeito de queda no consumo dos mais ricos, dado pelos impactos de realocação (da carga tributária) com a mudança de base tributária e alíquotas, seria mais que compensado pelo efeito expressivo no crescimento, afirmou à reportagem.

Principalmente porque a renda dos mais ricos sofre impacto importante do crescimento. Haja vista que a distribuição de renda é muito concentrada no Brasil, quem apropria a maior parte do crescimento são os mais ricos, reforçou a economista.

Como o sistema tributário pune os mais pobres

Hoje, o sistema tributário brasileiro é bastante regressivo, ou seja, pesa proporcionalmente mais sobre aqueles que ganham menos. Isso acontece por diversos motivos. Um deles é que o Brasil tributa mais consumo do que renda e patrimônio.

Como os mais pobres têm baixíssima capacidade de poupança, seu dinheiro costuma ser usado integralmente em consumo. Já os mais ricos conseguem guardar parte do seu dinheiro e constituir

patrimônio, pagando proporcionalmente menos de sua renda em imposto.

A reforma que unifica **impostos** não vai impactar essa questão, mas outras medidas em estudo no governo, como passar a taxar lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a acionistas, aumentariam a carga tributária sobre os mais ricos.

Por outro lado, a promessa de campanha de Lula de isentar o imposto de renda de pessoas que ganham até R\$ 5 mil é controversa, pois beneficiaria um segmento de renda relativamente alta no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento domiciliar per capita brasileiro é de R\$ 1.625 (dado de 2022).

Outro fator que torna o sistema regressivo, já citado, é o modo como a produção e o consumo são tributados, com carga mais elevada sobre indústria e mais leve sobre serviços.

Um terceiro fator são desonerações (descontos de **tributos**) que favorecem em especial as pessoas mais ricas, como a restituição de imposto de renda sobre gastos particulares em saúde e educação.

Até mesmo desonerações que foram adotadas para favorecer os mais pobres, na prática, beneficiam os segmentos de maior renda. É o caso da cesta básica.

Segundo o relatório dos professores da UFMG, o corte de **tributos** sobre a cesta básica significou uma perda de R\$ 18,6 bilhões em arrecadação para a União em 2016 e reduziu em apenas 0,1% o índice Gini (indicador que mede a desigualdade de renda).

Já políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, reduziram no mesmo ano 1,7% o Gini a um custo de R\$ 28 bilhões.

Ou seja, o Bolsa Família foi 12 vezes mais eficiente na redução de desigualdades que a desoneração da cesta básica, diz o relatório.

Segundo os autores, isso ocorre por dois motivos: as reduções (sobre itens da cesta básica) beneficiam os produtores, que repassam apenas parte da desoneração para os preços, aumentando a margem de lucro de pessoas que, na sua maioria, pertencem a classes mais ricas; e os estratos de alta renda da população também consomem produtos básicos, sendo beneficiados pela desoneração pensada para favorecer os mais pobres.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/devolucao-de-imposto-quem-pode-ser-beneficiado-e-quem-pagaria-mais-na-reforma->

*tributaria,501497097cbef4337ec9869a7a4e8c8402elfj9n.ht  
ml*

# Reforma tributária: por que o Brasil é um dos poucos países do mundo a não ter um imposto unificado?

Por *Isabela Bolzani, g1*

Os debates para a implementação de uma **reforma tributária** no Brasil já acontecem há quase três décadas: pelo menos desde 1995 foram sucessivas tentativas de simplificação do atual modelo de tributação nacional.

A implementação de um IVA não é uma discussão exclusiva do Brasil: segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), até o ano passado, pelo menos 174 países já haviam implementado um imposto sobre valor agregado.

Por que o Brasil ficou para trás neste debate?

Advogados tributaristas ouvidos pelo g1 lembram que o tema respinga nas diretrizes do Pacto Federativo brasileiro (entenda abaixo) e envolve uma discussão mais aprofundada sobre incentivos fiscais e tributários. Segundo especialistas, esse foi (e ainda é) um dos pontos mais difíceis de consenso entre os entes federativos e um dos principais motivos de atraso na aprovação da reforma.

Além disso, outro foco de atenção levantado pelos especialistas é a complexidade da transição do modelo atual para um novo desenho. Inclusive, a transição completa, prevista na atual reforma, levaria quase 10 anos.

Todo esse cenário, dizem os analistas, acaba colocando entraves na discussão sobre a reforma e pode acabar se refletindo até mesmo na atividade econômica brasileira no longo prazo.

Saiba abaixo o que é o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), seu papel na **reforma tributária** e entenda por que o Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda não possui um imposto unificado.

O que é o IVA e qual seu papel na **reforma tributária**

O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nada mais é do que a unificação dos **tributos** sobre consumo. No caso brasileiro, a **reforma tributária** atualmente em

debate propõe um IVA dual - dois **tributos** principais que serviriam para unificar cinco **tributos** já existentes. Veja abaixo:

Segundo especialistas, parte da importância de se implementar um IVA é a maior simplificação do modelo tributário nacional.

Além de unificar o tributo, o IVA tem um mecanismo que faz com que sua cobrança não seja cumulativa ao longo da cadeia de produção. No jargão econômico, isso significa que as empresas poderiam recolher o imposto com um "desconto" do valor pago que já foi pago anteriormente ao longo da produção.

Ou seja, o IVA o que evita a chamada bitributação, que é o pagamento de tributo sobre tributo.

**Reforma tributária:** veja os principais pontos da proposta do relator

Outras características do IVA são:

Incidência "por fora": o imposto não compõe a base de cálculo dele mesmo. No sistema atual, existem **impostos** embutidos nos preços que servem de base para a cobrança de outros **tributos**; Princípio do destino: o imposto é devido ao município e ao estado onde estão localizados os consumidores da mercadoria ou do serviço, e não no local onde os bens são produzidos (como ocorre hoje). Isso acabará com a chamada guerra fiscal, nome dado a disputa entre os estados, através da concessão de benefícios fiscais, para que empresas se instalem e produzam em seus territórios; Desoneração de exportações: considerando o princípio de que o imposto é devido no local de consumo, o país onde se localiza o comprador da mercadoria ou do serviço é considerado o destino. Desta forma, a tributação será feita por esse país, e não pelo Brasil.

Por que o Brasil é um dos poucos países do mundo que não possui um imposto unificado?

O Pacto Federativo brasileiro

De acordo com os especialistas consultados pelo g1,



um dos principais entraves nas discussões para implementar a **reforma tributária** no país está no Pacto Federativo Brasileiro. Trata-se de um conjunto de regras constitucionais que determinam as obrigações e competências de cada ente da Federação (União, Estados e municípios).

"O princípio do Pacto Federativo traz uma questão muito relevante que é a autonomia entre os entes federativos, onde cada um tem o controle sobre sua própria arrecadação, administração e cobrança de recursos", explica o advogado tributarista e sócio do escritório SouzaOkawa Advogados, Igor Nascimento de Souza.

Mas o ponto principal, dizem os especialistas, está nos diversos **tributos** que acabam sendo cobrados por diferentes entes federativos em sua autonomia e que acabam tendo o mesmo escopo de aplicação.

Para a advogada tributarista e sócia do escritório Utumi Advogados, Ana Cláudia Utumi, foi essa forma de organização, "feita para atender as necessidades federais, estaduais e municipais", que fez com que o Brasil se tornasse "um dos poucos países do mundo com uma tributação sobre o consumo fatiada em tantos **impostos** diferentes".

"E agora, quando falamos, na **reforma tributária**, em centralizar a arrecadação de **tributos**, levanta-se a discussão sobre o quanto isso compromete a autonomia de estados e municípios", diz a advogada.

A proposta da **reforma tributária** também cria o conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, que teria uma gestão compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios. O objetivo desse conselho seria gerir o IBS, que unifica os dois **tributos** estadual e municipal.

"Para eles, isso significa que deixarão de controlar a arrecadação e para quais áreas poderão ou não dar benefícios, por exemplo. São questões que passarão a depender do consenso de um grande grupo. O ponto é que a decisão por maioria certamente agrada a maior parte, mas não a todos", completa Utumi.

?? O ASSUNTO: **Reforma tributária** - como ela afeta sua vida

Limite nas isenções tributárias

Além disso, outro entrave citado pelos tributaristas está na limitação dos produtos e setores que ficam isentos da cobrança de **tributos**.

De acordo com o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Direito Rio Gabriel Quintanilha, os

incentivos fiscais são grande parte do desenvolvimento econômico do Brasil nos últimos anos, de maneira que sua retirada ou limitação trazem tanto pontos positivos quanto negativos.

"Por um lado, limitar esse tipo de incentivo significa que não teremos estados que só existem como paraísos fiscais e acaba com a guerra fiscal que vemos atualmente. Mas, por outro lado, isso também pode fazer com que alguns estados fiquem desinteressantes para investimentos e saiam perdendo", afirma.

O texto atual da **reforma tributária** também propõe:

Isenção da cobrança do futuro IVA para alguns medicamentos específicos, como os utilizados para o tratamento contra o câncer; Redução de 100% da alíquota do IVA federal (o CBS) sobre serviços de educação de ensino superior (Prouni); Possibilidade de produtores rurais que atuam como pessoas físicas e tenham receita anual de até R\$ 2 milhões ficarem livres de recolher o futuro IVA dual (CBS e IBS); Tratamento diferenciado para produtos e serviços que não se adequem ao regime geral de incidência do IVA.

Próximos passos

Diante desse cenário, especialistas alertam para o risco de novos atrasos na implementação da reforma e reforçam a necessidade de cautela para que o consumidor final não seja amplamente onerado pelas mudanças.

Saiba como a **reforma tributária** pode mexer nos preços da cesta básica e o que está em debate

"É preciso cuidado para não acabar respingando na ponta final. Se houver um aumento muito relevante de carga tributária, por exemplo, alguns setores podem não conseguir arcar com isso e acabar repassando tudo para o consumidor", diz Utumi, reiterando que ainda é preciso cautela em relação ao período de transição.

"Nesse período, os **tributos** atuais continuarão a ser cobrados durante um tempo, além da cobrança dos novos **impostos**. Dizer que a **reforma tributária** vai simplificar é uma verdade se olharmos mais para o final da linha, mas se olharmos o caminho, ainda vai dar uma piorada para, só depois, melhorar", acrescenta.

Na terça-feira (4), o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse à GloboNews que tanto o governo federal quanto os governadores precisam entrar em um consenso para

que o tema avance e finalmente seja votado.

Não pode ser a reforma do governo federal e nem a dos governadores. Tem que ser a reforma do Brasil, portanto todos precisam ceder , disse o deputado.

A expectativa é que a **reforma tributária** seja votada na Câmara dos Deputados ainda nesta semana.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/05/reforma-tributaria-por-que-o-brasil-e-um-dos-poucos-paises-do-mundo-a-nao-ter-um-imposto-unificado.ghtml>**

# Cesta básica, combustível, Netflix: o que a reforma tributária pode mudar na sua vida

Encampada pelo governo Lula e apressada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a **reforma tributária** pode ser votada pelos deputados até o fim desta semana. Uma mudança no sistema tributário do País é esperada há décadas.

Nessa primeira fase, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma prevê apenas alterações nos **tributos** que incidem sobre consumo.

Veja abaixo o que deve mudar com a reforma.

Os brasileiros vão pagar mais **impostos** com a reforma?

O governo diz que a reforma não vai aumentar a carga tributária total do País. Isso significa que eventuais aumentos em um setor serão compensados por reduções em outros.

O preço dos itens da cesta básica vai subir?

Não é possível saber, pois as alíquotas dos novos **impostos** ainda não estão definidas - isso será feito em um momento posterior. Os itens da cesta básica, no entanto, estão na categoria de produtos que entrarão na alíquota reduzida.

Se confirmados estudos preliminares do Ministério da Fazenda com alíquota única de 25%, portanto, os produtos da cesta básica seriam taxados em 12,5%.

Um levantamento feito pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) aponta que, mesmo assim, a **reforma tributária** pode fazer com que o imposto para produtos do setor aumente em até 60%. O estudo foi rebatido pelo secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Não vai acontecer, disse Appy. Não tem aumento de tributação da cesta básica, afirmou o secretário.

O coordenador de Pesquisa e Incidência em Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, Jefferson Nascimento, defende a desoneração de 100% de, pelo menos, uma lista mais reduzida da cesta básica, como arroz, feijão e açúcar, entre outros.

Como são os **impostos** que pagamos hoje para produtos como bombons? Vai mudar alguma coisa?

Atualmente, a depender do enquadramento do produto em determinada categoria, ele pode receber um tratamento tributário distinto ou ter uma alíquota reduzida.

É o caso do bombom sonho de valsa, por exemplo, que foi reclassificado há um ano como biscoito wafer para pagar menos **impostos**. Quando era classificado como chocolate, o produto pagava 3,25% de IPI. Como biscoito wafer, considerado um item de padaria, a fabricante não precisa mais pagar IPI.

O vice-presidente Geraldo Alckmin chegou a dizer que o Brasil tem um manicômio tributário. A **reforma tributária** promete reduzir essas distorções.

A indústria vai pagar menos **impostos**? O que isso significa?

O setor industrial deve ser o maior beneficiado pela atual reforma, que aumenta a uniformidade das cobranças. Atualmente, a indústria é atingida com maior intensidade pela carga tributária - e paga cerca de 34% dos **impostos** federais. A indústria, portanto, deve pagar menos **impostos** com a alíquota única. O governo diz que isso ajudará a gerar empregos e reativar o setor.

É verdade que os serviços ficarão mais caros e isso vai afetar a classe média?

A carga tributária média sobre serviços pode subir, com a maior uniformização dos **impostos**. Setores específicos, como educação, terão alíquota reduzida.

Appy disse que o setor de serviços, de modo geral, será beneficiado com a reforma pelo crescimento econômico e afirmou que algumas áreas do setor serão beneficiadas com redução de carga tributária. Ele apontou que os tomadores de serviço podem ter redução de 7% a 13% na carga pelas mudanças no sistema.

O setor defende a desoneração da folha de pagamento como forma de compensação, para manter empregos a despeito de aumento de custo tributário. A desoneração da folha não é discutida na etapa atual da reforma.

Se o setor de serviços pode ter aumento de carga

tributária, gastos com educação, saúde e transporte público vão ficar mais caros?

Não. A proposta prevê que serviços de educação, saúde, transporte público coletivo e alguns medicamentos estarão excluídos da regra geral de alíquota única. Nestes casos, a alíquota cobrada será equivalente a metade (50%) da alíquota única. Também terão tarifa reduzida produtos agropecuários in natura, atividades artísticas e produtos da cesta básica.

Remédios vão custar mais caro?

Não. Parte dos remédios está na previsão de alíquota reduzida (50%) e há ainda remédios, como os de tratamento contra o câncer, que estão na terceira opção: a alíquota zero.

Voltaremos a pagar imposto na compra de livros?

Não. Livros continuarão a ter imunidade tributária. Conforme afirmou Appy, os planos do governo não incluem acabar com isenção de **impostos** para as compras de livros no País. Atualmente, a regra que rege a tributação de livros prevê que o bem de consumo é isento de **impostos**.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, o então ministro da Economia Paulo Guedes sugeriu que os livros perdessem a isenção tributária porque, segundo o chefe da pasta, os itens só seriam consumidos pelos ricos. À época, o representante voltou atrás no posicionamento diante da polêmica causada por sua declaração.

A **reforma tributária** pode afetar o preço de serviços de streaming como Netflix, Disney+ e MAX?

Conforme divulgado pelo Ministério da Fazenda, o projeto do governo pode ter impacto nos serviços de streaming, mas essa elevação seria, segundo a pasta, compensada pela redução sobre o preço da energia elétrica.

Como a reforma afeta os combustíveis?

Para a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), uma das preocupações em relação às propostas que tramitam na Câmara e no Senado é a possibilidade de que haja um aumento nos principais insumos do setor, como combustíveis, energia elétrica e mão de obra. A entidade alega que, caso aprovada, a reforma pode gerar um aumento de **impostos** para esses três segmentos estratégicos para os transportes no Brasil.

Qual o impacto no turismo/viagens?

Em um manifesto assinado conjuntamente por diversas associações ligadas ao setor do turismo, as entidades alegam que a aprovação da proposta de **reforma tributária** pode impactar negativamente o setor, encarecendo os serviços de turismo, por atrapalhar a competitividade do País como um destino turístico, além de dificultar o crescimento do setor.

O crédito no Brasil pode ficar mais caro?

Durante um evento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em abril deste ano, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, disse que a aprovação de uma **reforma tributária** pode reduzir o custo de crédito no Brasil.

O IPTU vai subir?

Não há previsão de aumento do IPTU na reforma. No Congresso, foram incluídas seções sobre outros **impostos**, além dos relativos ao consumo, como o IPTU. O que a reforma faz é autorizar que os prefeitos atualizem a base de cálculo do imposto por meio de um decreto, ou seja, sem a necessidade de aprovação da Câmara municipal. Isso dá mais liberdade para os prefeitos que querem ampliar receitas mas esbarram no legislativo local.

A inclusão deste trecho foi um aceno feito pelo relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-BA), aos prefeitos, que reclamaram da reforma.

E o IPVA?

Embora a reforma seja destinada para os **tributos** de consumo, essa primeira fase também prevê que itens de luxo, como jatinhos e lanchas, sofram incidência de IPVA, assim como já ocorre com os automóveis.

Quais **tributos** pagamos hoje e não irão existir mais?

Cinco **tributos** que existem hoje serão extintos. São eles: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS).

O que entra no lugar?

No lugar do IPI, PIS e Cofins, que são de arrecadação do governo federal, o Brasil terá a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A União define a alíquota neste caso.

No lugar do ICMS e do ISS, que são arrecadados por Estados e municípios, o Brasil terá o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Os Estados e municípios

definem a alíquota neste caso.

Também será criado o Imposto Seletivo, que é federal, para onerar mais os bens e serviços que o governo quer desestimular, por serem prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, caso de cigarros.

Quais as características desses novos **impostos**?

Além de simplificar o número de regras existentes sobre o assunto, a criação de um só Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dividido em dois **tributos** (CBS e IBS) com três alíquotas prevê maior uniformização ao sistema. Com isso, o governo também argumenta que acabará a cobrança de imposto sobre imposto.

Uma das maiores mudanças é com relação ao local que recebe a arrecadação: hoje, a arrecadação é na origem. A reforma prevê que a arrecadação fique no Estado ou cidade de destino (ou seja, onde serviço ou bem for consumido) e não na origem.

A votação na Câmara já significa que a reforma foi aprovada?

Não. Como é uma Proposta de Emenda à Constituição, o texto precisa ser votado em dois turnos na Câmara, aprovado por três quintos dos deputados (308 votos), e depois ir para análise do Senado, o que só deve acontecer após a volta do recesso parlamentar.

No Senado, o procedimento é o mesmo: duas votações com três quintos dos votos a favor. Se os senadores fizerem alterações significativas no texto, a proposta precisa passar mais uma vez pela análise da Câmara dos Deputados.

Uma vez aprovada, a reforma passa a valer imediatamente?

Não, haverá uma fase de transição. O novo modelo pode estar plenamente implementado, para todos os **tributos**, só em 2033.

Durante a campanha eleitoral, Lula prometeu que pobres pagariam menos **impostos** e ricos pagariam mais. Isso está acontecendo nesta reforma?

A primeira fase da **reforma tributária** é focada nos **tributos** que incidem sobre o consumo.

Depois de promulgada a PEC, o governo terá um prazo de 180 dias para enviar a proposta de alteração nos **impostos** sobre a renda. O segundo momento, da discussão sobre tributação que recai sobre a renda, é apontado por especialistas como a fase em que haverá margem para taxar mais os mais ricos, com

discussão, por exemplo, sobre tributação de dividendos.

Na campanha, o então candidato Lula prometeu também isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 salários mínimos.

Um dos argumentos para aprovar a reforma é o de que a simplificação tributária tornará o País mais competitivo. Que efeito isso pode ter na vida do brasileiro?

Com um sistema mais simples, é possível identificar o quanto de tributo foi pago pelos brasileiros e melhorar a eficiência da economia. As empresas poderão deixar de investir milhões de reais para entender o sistema tributário do País para alocar recursos em investimentos produtivos, considerados fundamentais para acelerar o crescimento da economia brasileira.

Em média, o setor produtivo brasileiro gasta 62 dias ao ano para lidar com as burocracias ligadas ao pagamento de **impostos**. Já a média nos países da OCDE é de 6 dias.

O governo estima que a **reforma tributária** pode gerar um aumento de 12 a 20 pontos percentuais no **PIB** em um horizonte de 10 a 15 anos.

Mais de 60 economistas e empresários assinaram um manifesto em apoio à **reforma tributária**. No documento, o grupo afirma que a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que reforma os **tributos** sobre o consumo seria abrangente e em conformidade com as melhores práticas internacionais.

Por que governadores e prefeitos debatem com o Congresso alterações no texto?

A reforma encontra resistência em parte dos prefeitos e governadores porque eles temem perda de arrecadação e dizem que há uma quebra do pacto federativo. Hoje, os municípios são responsáveis pela arrecadação do ISS, e os Estados pelo ICMS.

No texto original da PEC, está prevista a criação de um Conselho Federativo, que seria responsável por centralizar, gerir e distribuir entre os Estados e os municípios a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que, com a reforma, vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) é um dos principais críticos do Conselho. Ele defende uma espécie de câmara de compensação, em que os Estados compensariam uns aos outros ao fim de cada dia por operações interestaduais.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/cesta-basica-combustivel-netflix-o-que-a-reforma-tributaria-pode-mudar-na-sua-vida,b318f63bbf96878ad35d557c63306756gasjdoh2.html>**

# Debates sobre reforma tributária e mudanças no Carf atrasam votações na Câmara

Por Luiz Felipe Barbiéri e Elisa Clavery, g1 e TV Globo - Brasília

As negociações políticas para alterar pontos da **reforma tributária** e do projeto que beneficia o governo em julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) frustraram, até o momento, a supersemana convocada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para votar as pautas prioritárias do Planalto na economia.

O objetivo de Lira é aprovar, ainda nesta semana, no plenário principal da Casa, além da reforma e do projeto do **Carf**, o novo marco fiscal, que substituirá o teto de gastos.

O governo federal indicou o arcabouço e a tributária como prioridades. Já as mudanças no **Carf** podem aumentar a arrecadação. Pelas contas da equipe econômica, o governo federal poderia arrecadar até R\$ 50 bilhões.

Apesar de uma terça-feira (4) marcada por intensa agenda de reuniões políticas, nenhuma das três propostas foi analisada.

Até o início desta quarta, a única proposta aprovada estabelece estratégias para ampliar educação básica em tempo integral.

Lira tem trabalhado para ampliar a margem de votos favoráveis às propostas. Na noite desta terça, governadores avaliaram que há clima para aprovar a **reforma tributária**.

Confira a seguir as discussões em torno das propostas:

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** tem sido alvo de pedidos para alterar dispositivos que tratam da participação de prefeituras e governos estaduais na gestão dos recursos arrecadados.

Na noite desta terça, governadores indicaram que há consenso em torno da necessidade de analisar a proposta. Chefe do governo gaúcho, Eduardo Leite (PSDB) indicou que os estados são favoráveis à reforma e que há espaço para votação na Câmara.

Arthur Lira tem participado diretamente das negociações e disse, por meio da assessoria de imprensa, que "está convencido que conseguirá o consenso para colocar a proposta de **reforma tributária** para ser votada até sexta".

Os estados têm sugerido mudanças no período de transição e no desenho do chamado "conselho federativo" que, pela proposta, seria responsável por administrar a arrecadação de estados e municípios.

O relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), já se comprometeu com alguns dos pedidos, mas o novo relatório ainda não foi apresentado.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que os estados têm sentido uma total boa vontade de Aguinaldo para ajustar a proposta.

Um dos patrocinadores do texto, o presidente nacional do MDB, deputado Baleia Rossi (MDB-SP), defendeu a aprovação da **reforma tributária**.

"Faz 30 anos que nós estamos discutindo e nunca chega a hora. Quando chega a hora da votação o pessoal fala que está açodado, está muito rápido. Por que nestes 30 anos não avançou? Porque alguns poucos poderosos, egoístas, que olham só para os seus umbigos nunca deixaram", afirmou.

Para aprovar a **reforma tributária** na Câmara são necessárias duas votações principais com, pelo menos, 308 votos cada.

Voltar ao início.

O projeto que favorece o governo em julgamentos do **Carf** também não avançou na Câmara.

Na segunda (3), o relator, Beto Pereira (PSDB-MS), apresentou seu parecer, retomando o voto de qualidade. Em tese, a mudança favorecerá o Fisco em caso de empate no julgamento de processos fiscais.

A proposta tem recebido uma série de sugestões dos parlamentares. Deputados já protocolaram 56 emendas, que ainda serão avaliadas pelo relator.

Entre outros pontos, o relator acabou com a

exclusividade da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em transacionar com o contribuinte e permitiu a atuação da **Receita Federal**.

O texto permite que a legislação abranja a cobrança dos débitos administrados pela **Receita Federal** ainda não inscritos em dívida ativa. Deputados têm sugerido mudanças nesse ponto por avaliarem que a mudança pode ser inconstitucional.

Além disso, permite que devedores de **impostos** recebam descontos em multas e juros.

Voltar ao início.

O texto que altera o voto de qualidade no **Carf** foi enviado pelo governo ao Congresso com urgência constitucional. Como não foi votado em 45 dias, passou a trancar a pauta de votações na Câmara, exceto de PECs, como a **reforma tributária**, e medidas provisórias.

O arcabouço fiscal foi enviado pelo governo na forma de projeto de lei complementar. Por isso, só poderá ser analisado depois da votação do projeto que trata do **Carf**.

O texto estabelece regras para o crescimento da despesa pública com base no aumento da arrecadação do governo, o que é mais flexível do que teto de gastos.

A proposta já passou pela Câmara, mas teve o conteúdo modificado pelos senadores. Agora, terá de passar por nova análise dos deputados, antes de seguir para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Deputados tentam reverter alterações realizadas pelo Senado. Na avaliação deles, as mudanças pegaram a Câmara de surpresa .

Voltar ao início.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/05/debates-sobre-reforma-tributaria-e-mudancas-no-carf-atrasam-votacoes-na-camara.ghtml>**



# Estados e lobby impõem entraves à reforma tributária

Em semana decisiva para a agenda econômica do governo, três propostas prioritárias, entre elas a **reforma tributária**, enfrentam obstáculos para avançar na Câmara em meio a resistências de governadores e de segmentos empresariais.

Se antes a expectativa era enfileirar a PEC da reforma como projeto de lei que trata do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e do novo arcabouço fiscal, agora lideranças na Casa já avaliam ser difícil qualquer votação nesta semana.

Um dos desafios do redesenho tributário é reunir apoio de estados resistentes ao conselho federativo a ser criado para centralizar a arrecadação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai substituir o ICMS estadual e o ISS municipal.

Na visão de setores como agronegócio e serviços, o texto transfere a eles a carga tributária da indústria e do setor financeiro. MercadoA15

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328>**

# Saiba como funcionam impostos da reforma

**Eduardo Cucolo**

A **reforma tributária** propõe que o Brasil adote novos **tributos** sobre o consumo que sigam o modelo IVA (Imposto sobre Valor Adicionado), utilizado atualmente em mais de 170 países, na linha dos melhores exemplos internacionais.

Nesse sistema, cada empresa recolhe efetivamente apenas o imposto referente ao valor que adicionou ao produto ou serviço. Todo o tributo pago na aquisição de insumos ao vendedor, incluindo gastos com energia, telefonia, marketing e transporte, vira crédito.

No exemplo no quadro ao lado, cada uma das três empresas -produtor rural, indústria e comércio- fatura R\$ 100 com a operação e recolhe efetivamente R\$ 10, para uma alíquota hipotética de 10%.

Ao final, o produto é vendido por R\$ 300 mais R\$ 30 de **impostos** recolhidos para o fisco. Em um sistema cumulativo (sem crédito), a carga superaria R\$ 60, também suportada pelo consumidor. \*

Como é a devolução do crédito

O crédito pode ser devolvido posteriormente ou em tempo real -como no exemplo acima-, a depender do sistema

tributário. A reforma prevê um prazo máximo de 60 dias para devolução posterior, mas também deixa aberta a possibilidade de fazer a compensação em tempo real, o chamado "split payment", serviço que divide recebíveis de maneira automática entre os envolvidos em uma transação.

Como funcionam as exportações

No caso de uma exportação, não há tributação na etapa final (venda ao exterior), e a empresa tem direito ao crédito de tudo o que foi recolhido ao longo da cadeia.

IVA para o Simples Nacional

No Brasil, a adesão ao IVA será opcional para empresas do Simples Nacional. Elas podem escolher recolher os novos **tributos** separadamente, aproveitando o crédito dos insumos, ou manter o sistema atual para todos os **tributos**. Nos dois casos, o tributo pago na aquisição do produto ou serviço da empresa de menor porte vira crédito para seu cliente

pessoa jurídica.

O Brasil já tem IVA?

O Brasil já tem **tributos** no formato IVA, como o ICMS e o PIS/Cofins, que serão extintos com a reforma, mas nem tudo o que é tributado dá direito a crédito atualmente,

o que gera cumulatividade. Também há uma profusão de legislação e regras diferentes entre setores e regiões. Além disso, o tributo não é calculado "por fora", o que pode transformar uma alíquota de 25% em mais de 30%.

Os novos IVAs da reforma

A reforma cria dois IVAs: uma contribuição federal (CBS) e um imposto estadual/municipal (IBS) sobre bens e serviços. A soma das alíquotas dos dois é estimada em 25%, sendo que alguns produtos e serviços terão redução de 50% (12,5%, nesse caso) e outros serão isentos.

Como funciona na Europa e nos EUA

Na Europa, a adoção do IVA foi necessária para permitir a integração econômica do continente. O imposto também está presente na maior parte da América Latina. Índia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia são outros exemplos.

Os Estados Unidos são a única grande economia que não tem esse tipo de imposto. O país possui um "sale tax" cobrado pelos governos regionais somente na última etapa da cadeia, a venda ao consumidor. Na prática, o efeito é o mesmo do IVA em termos de não cumulatividade, mas o risco de sonegação é maior.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>

# Proposta reduz preço da cesta básica em 1,7%, afirma consultor do Banco Mundial

**Eduardo Cucolo e Idiana Tomazelli**

A proposta de **reforma tributária** prevê uma alíquota reduzida em 50% para alimentos e outros itens da cesta básica, o que pode contribuir para reduzir em 1,7% os gastos dos consumidores com esses produtos.

O cálculo é do advogado, economista e consultor do Banco Mundial Eduardo Fleury. Ele produziu um estudo semelhante para a instituição multilateral há alguns anos. Agora, atualizou os cálculos com base na nova proposta e utilizou a mesma metodologia.

Ele considera como base uma possível alíquota geral de 25% para os novos **tributos** sobre o consumo, a CBS federal mais o IBS de estados e municípios. Com isso, a tributação dos alimentos seria de 12,5%.

O preço das proteínas, como carne bovina, teria queda de 3%. Também haveria recuo para laticínios (-0,9%) e, principalmente, produtos de higiene (-17,2%). Os preços de farinhas e massas e produtos como café, açúcar e óleo de soja ficariam praticamente inalterados.

Por outro lado, haveria aumento de 7,9% no preço final de ovos, leite UHT, arroz e feijão. São justamente os quatro produtos da cesta que hoje têm a menor carga tributária (3,83%). A reforma prevê a devolução de parte dos novos **tributos** (cashback) para compensar a oneração de alguns bens e serviços para alguns consumidores.

O novo cálculo apresentado pelo especialista mostra que, mesmo um produto com carga superior a 12,25% no sistema atual, como é o caso dos 14,4% sobre carnes bovina, suína e de aves, pode ter redução de imposto com o novo método de cobrança, que prevê a geração de créditos de **tributos** pagos na aquisição de insumos.

"A fim de determinar o impacto da alíquota reduzida sobre os preços dos produtos da cesta básica, utilizamos a mesma metodologia aplicada na pesquisa realizada pelo Banco Mundial que resultou no documento "Indirect Tax Incidence in Brazil Assessing the Distributional Effects of Potential Tax Reforms". O estudo original foi realizado por Fleury em conjunto com os pesquisadores Gabriel Lara Ibarra e Rafael

Macedo Rubião.

A Abras (Associação Brasileira de Supermercados) apresentou no sábado (1º) ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, um estudo em que afirma que a atual proposta de **reforma tributária** pode aumentar os **tributos** da cesta básica em 60%, em média, no Brasil.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que também participou do encontro, rebateu o cálculo e afirmou que o número apresentado pela Abras "mais desinforma que informa", pois não considera os efeitos de redução de custos e recuperação de crédito que os supermercados podem ter com a reforma.

Em relação ao dado da Abras, Fleury aponta uma série de erros que tornam o levantamento ineficaz para avaliar a carga do setor. Segundo ele, o cálculo desconsidera totalmente a existência de IPI e ISS. Os supermercados não pagam esses **impostos**, mas seus fornecedores são onerados com esses **tributos**. Também não leva em conta que supermercados não tomam crédito de PIS/Cofins sobre ativo imobilizado.

Ele afirma ainda que o cálculo desconsidera, por exemplo, todos os **impostos** cobrados sobre energia elétrica, comunicações, softwares e marketing, que correspondem a quase 10% do total da receita dessas companhias, segundo o IBGE. Hoje os contribuintes não podem se creditar desses **tributos**, mas poderão com a reforma. Há ainda outros erros, inclusive de pesquisa de alíquota aplicável, segundo o especialista.

"Captaram apenas uma parte dos **impostos** que estão sendo cobrados na venda para o consumidor final", afirma.

"Só fizeram essa análise em relação à venda do produto principal deles, sem levar em consideração esses custos. Não considera que os fornecedores dos alimentos não tomaram crédito de vários **impostos** que eles pagaram."

Segundo ele, considerando o perfil de gastos dos mais pobres, é possível dizer que essa parcela da população vai pagar menos imposto com a reforma, pois terá uma alíquota praticamente neutra para a cesta básica e queda de preços nos demais produtos.

O governo federal pretende mandar o estudo para parlamentares, na tentativa de desfazer a confusão em tomo da cesta básica.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>**

# Economistas fazem manifesto em defesa da reforma tributária

Economistas, entre ex-ministros, ex-presidentes do Banco Central e pesquisadores, assinaram um manifesto divulgado nesta terça-feira (4) em defesa da PEC (proposta de emenda à Constituição) 45/19, texto da **reforma tributária** que tramita na Câmara dos Deputados.

A carta enfatiza que há um consenso de que o sistema tributário brasileiro precisa de uma reforma "urgente".

"Reconhecemos que não existe **reforma tributária** ideal. No entanto, temos confiança de que a **reforma tributária**, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais", diz um trecho.

Entre os 67 economistas que assinam a carta estão Arminio Fraga e Affonso Celso Pastoie, ex-presidentes do BC; Máílson da Nóbrega e Guido Mantega, ex-ministros da Fazenda; Samuel Pessoa, pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas); Octaviano Canuto, diretor-executivo no Banco Mundial, diretor-executivo do FMI (Fundo Monetário Internacional) e vice-presidente do BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento); Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comsefaz (Conselho dos Secretários de Fazenda); Edmar Bacha, ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

À Folha Arminio Fraga disse que a reforma compõe uma das mudanças de direção em curso no Brasil.

"A curto prazo, alguns setores vão ter que se adaptar e perder um pouco. Mas todos saem ganhando se o horizonte de tempo for de alguns anos", disse. O economista diz acreditar que o texto está suficientemente maduro para ser votado na Câmara. "Essa reforma já está em discussão há muito tempo."

A carta foi divulgada na semana em que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende pautar e aprovar a **reforma tributária**, antes do recesso parlamentar. No último fim de semana, o deputado começou a medir o apoio das bancadas partidárias à PEC 45 para saber quantos votos cada uma é capaz de entregar.

Lira quer saber quais são os bloqueios que impedem

uma aprovação maior ao texto. Por se tratar de uma PEC, a matéria precisa do voto favorável de 308 deputados em dois turnos no plenário da Casa.

O texto em discussão cria um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual e prevê que a tributação sobre consumo estadual e municipal (ICMS e ISS) seja substituída por um único imposto, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Já os **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins) serão reunidos na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

De acordo com o manifesto dos economistas, essa proposta de reforma é "abrangente" e está alinhada "às melhores práticas internacionais".

"Essa reforma dará ao Brasil a oportunidade de implementar um dos mais modernos sistemas de tributação sobre consumo do mundo", afirmou à Folha Máílson da Nóbrega.

O ex-ministro da Fazenda diz que, diferentemente do IVA implementado na União Europeia a partir dos anos 1960, com diversas alíquotas diferenciadas, o Brasil tem agora a oportunidade de olhar para experiências mais bem-sucedidas e modernas de IVAs, como o da Austrália e da Nova Zelândia.

Segundo o economista, alíquotas diferenciadas, inclusive para saúde e educação, acabam privilegiando os mais ricos, que podem pagar por esses serviços.

Além disso, segundo Nóbrega, essa diferenciação faz com que as empresas se organizem para driblar os **impostos** mais altos, o que leva a uma perda da **eficiência** do sistema, um dos maiores objetivos a ser atacado pela **reforma tributária**.

Estados, municípios e o setor de serviços têm apresentado resistência ao texto da **reforma tributária** em discussão na Câmara, com propostas de alteração. Governadores são contrários ao conselho federativo, que será responsável por gerir a arrecadação do IBS, e argumentam que o órgão vai tirar a autonomia dos estados.

Sobre essa questão, Máílson da Nóbrega afirmou que os estados e municípios precisam escolher se querem manter sua soberania ou garantir a prosperidade.

"Federações poderosas no mundo aceitaram a gestão única do IVA em detrimento de sua autonomia, porque preferiram a prosperidade. É o caso da Alemanha", diz o ex-ministro da Fazenda.

Governadores também discutem alterar o ano de início do IBS. Como afirmou na sexta (30) o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), mandatários dos Executivos estaduais que temem perder arrecadação por causa dos benefícios fiscais do ICMS querem que o novo imposto tenha validade apenas a partir de 2033.

Castro defende mais tempo para discutir a **reforma tributária**, mesmo que isso signifique atrasar a votação na Câmara dos Deputados.

Outra crítica às propostas de mudanças vem do setor de serviços. Entidades empresariais entendem que a reforma aumenta a tributação do setor ao estabelecer uma única alíquota de imposto sobre mercadorias e serviços.

Nóbrega pondera que 90% das empresas do setor fazem parte do Simples Nacional e, por isso, não serão afetadas pela reforma.

A curto prazo, alguns setores vão ter que se adaptar e perder um pouco. Mas todos saem ganhando se o horizonte de tempo for de alguns anos

Arminio Fraga ex-presidente do BC

Essa reforma dará ao Brasil a oportunidade de implementar um dos mais modernos sistemas de tributação sobre consumo do mundo

Maílson da Nóbrega ex-ministro da Fazenda

Leia o manifesto

"É consenso que a reforma do sistema tributário brasileiro é necessária e urgente.

Nesse sentido, manifestamos nosso apoio à PEC 45, uma proposta de reforma abrangente da tributação do consumo, que substitui o ICMS, o IPI, o ISS, e a Contribuição para o PIS e a Cofins por dois **tributos** sobre bens e serviços (IBS e CBS) harmonizados, com base ampla e alinhados às melhores práticas internacionais. Reconhecemos que não existe **reforma tributária** ideal. No entanto, temos confiança de que a **reforma tributária**, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais.

Sabemos que mudanças como essa geram resistências e temor por parte de alguns agentes

econômicos e de entes da federação. Mas temos certeza de que os benefícios para a população e para a economia brasileira serão colhidos por todos. Precisamos aprovar a **reforma tributária** da PEC 45/19 em 2023.

Essa mudança tem sido discutida há 35 anos, e a proposta atual foi ampla e democraticamente debatida nos últimos 4 anos. Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas -com alinhamento político entre o Congresso, governo federal, maioria dos estados e municípios e do setor privado. Esta é a nossa oportunidade de deixar um legado de prosperidade, transparência e mais justiça em nosso país."

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>

# Relator admite rever pontos de texto da reforma tributária após pressão política

Diante da pressão de governadores, o relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou na noite de ontem que pode alterar pelo menos três pontos no texto que elaborou. Eles se referem à definição de regras para o Conselho Federativo, para o Fundo de Desenvolvimento Regional e sobre um novo cálculo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai substituir ICMS e ISS. Ribeiro também avalia uma lista de 37 produtos sugeridos pelos supermercados para compor uma cesta básica nacional. Esses produtos seriam desonerados integralmente.

Um grupo de mais de 60 economistas e empresários assinou um manifesto para endossar a proposta em debate na Câmara. Arthur Lira (PP-AL) quer colocar o tema em votação ainda nesta semana.

Isso poderá ocorrer antes mesmo do projeto sobre o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Efeito do movimento de governadores \_\_\_ B1 a B3

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Articulação se intensifica para aprovação de pauta econômica

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conta votos entre os partidos para tentar aprovar a **reforma tributária** até o fim desta semana. As diversas siglas, prefeitos e governadores intensificaram as reuniões ontem, e o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou que apresentará novo parecer para acolher algumas sugestões que tem recebido.

A Câmara está em "esforço concentrado" até sexta-feira. Apesar de o recesso informal só começar em 15 de julho, parte dos deputados já marcou viagem com suas famílias na próxima semana. O texto de Ribeiro será colocado em votação se Lira avaliar que há votos suficientes para aprová-lo. Por ser uma PEC, é necessário o apoio de 308 dos 513 deputados.

A favor da reforma, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), fizeram força-tarefa para articular mudanças na proposta. A principal é sobre o conselho federativo, que seria criado para gerir a arrecadação e distribuição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

"Os prefeitos estavam vivendo na ilusão de que não seria votado, mas entenderam hoje que ele [Lira] fará todo o esforço para aprovar, e vão fazer sugestões à PEC", disse o deputado Jonas Donizete (PSB-SP), ex-presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Ontem foi divulgado manifesto em apoio à reforma assinado por nomes de diferentes perfis, como Armínio Fraga, Guido Mantega, Affonso Celso Pastore, João Amoêdo, Jorge Gerdau e Pedro Passos. "Temos confiança de que a **reforma tributária**, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais", diz o texto. Página A8

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187594?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187594?page=1&section=1)



# Governo e oposição medem forças - VERA MAGALHAES

**VERA MAGALHAES**

A discussão da **reforma tributária** chegou àquele ponto em que se assemelha a uma partida de duração avançada daqueles jogos de tabuleiro de guerra quando um jogador tem de destruir os exércitos dos outros. Depois de muitas rodadas, todo mundo já fortaleceu demais suas guarnições, e qualquer avanço se torna difícil de prever, por depender de um misto de sorte e estratégia.

Vencidos alguns oponentes mais fracos, restam na disputa Arthur Lira, com os tanques do Centrão, o governo, que tenta esconder o jogo, e a oposição, que nas rodadas mais recentes levou a melhor nos dados e avança pelo mapa depois de ser bastante desacreditada.

Parecia que a batalha se resolveria logo, mas agora periga avançar indefinidamente.

A entrada de São Paulo no jogo foi um fator a mudar os prognósticos. Tarcísio de Freitas demorou a se posicionar em relação aos principais pontos, mas, quando se posicionou, conseguiu juntar os governadores do Sudeste e do Sul em algumas reivindicações e na resistência ao Conselho Federativo nos moldes em que tinha sido desenhado.

De quebra, vem conseguindo transformar a discussão da reforma justamente naquilo que o Executivo tentou evitar: uma disputa entre governo e oposição.

Fernando Haddad optou por concentrar esforços na defesa do novo arcabouço fiscal e deixar a **reforma tributária** como projeto do Congresso que contava com o entusiasmo do governo. Isso para evitar justamente o que começou a acontecer nesta semana: que os partidos bolsonaristas subissem o tom contra a Proposta de Emenda à Constituição.

Lira também encampou essa estratégia, numa daquelas alianças circunstanciais que os citados jogos de tabuleiro suscitam. Para ele, interessava capitanear a articulação da reforma, tema capaz de dar à sua passagem pela presidência da Câmara uma dimensão maior que o orçamento secreto e seus desdobramentos mais recentes, entre eles o inquérito para apurar desvios de recursos na compra de kits de robótica por prefeituras de Alagoas, envolvendo

aliados seus e se aproximando perigosamente dele.

A ascendência de Lira sobre o plenário e as bancadas de vários partidos -comprovada em vários rounds recentes, da aprovação da PEC da Transição à do Marco Fiscal, passando por derrotas impostas ao governo em questões como a tentativa de rever o Marco do Saneamento -era considerada fator-chave para levar a **reforma tributária** da categoria de tema para o qual era impossível de chegar a um consenso a possibilidade concreta.

Como, no Brasil, as coisas geralmente se definem perto do prazo final, a semana decisiva para a aprovação da PEC se transformou naquela em que a imprevisibilidade voltou a ser a tônica, e a possibilidade de novo adiamento sine die é grande. A questão federativa suplantou as resistências de setores da economia à unificação de **tributos** sobre o consumo e a ainda temida alíquota que incidirá sobre cada um. A proposta de criar um conselho, com regras não totalmente nítidas, para centralizar e depois distribuir a arrecadação do novo tributo sobre consumo virou o pomo da discórdia, e só uma revisão radical de seu desenho parece ser capaz de evitar que a reforma empaque de novo.

A entrada em cena de Tarcísio como articulador de um tema nacional acontece exatamente no momento em que seu mentor, Jair Bolsonaro, é retirado do mesmo tabuleiro político pela Justiça Eleitoral até 2030. De olho na rapidez com que seu espólio vai sendo dividido no jogo, o ex-presidente tratou de se fazer presente também na discussão da reforma, mas é evidente que terá menos peso que aquele que será exercido por seu ex-ministro de Infraestrutura e pelos demais governadores.

Para Lula, a hora de disputar votos - agora no plenário da Câmara -com uma direita em momento de reorganização de tropas chegou antes do desejado. Seu triunfo será, de novo, depender da aliança com Lira.

Todo mundo já fortaleceu demais suas guarnições, e qualquer avanço é difícil de prever na votação da **reforma tributária**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Proposta pode incluir criação de cesta básica nacional

## **GERALDA DOCA**

A **Reforma Tributária** pode incluir uma mudança que interfere diretamente no orçamento das famílias mais pobres: a criação de uma cesta básica nacional. A ideia já foi apresentada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que concordou com ela, segundo interlocutores a par das discussões. O objetivo é criar uma lista de produtos que teriam alíquotas reduzidas.

O relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), se disse favorável à medida, mas não deu detalhes: -Vamos colocar. Eu já disse que não vamos onerar - disse.

- Nenhum parlamentar quer onerar a cesta.

Hoje, a cesta básica já é isenta de **impostos** federais, mas cada estado tem uma alíquota própria de ICMS, para produtos diferentes. Uma lista elaborada pela Abras (associação de supermercados) está em análise na Fazenda e no gabinete do relator, segundo a entidade. A relação tem 34 itens, como água sanitária, absorvente íntimo e fralda descartável.

Segundo o presidente da Abras, João Galassi, uma cesta básica nacional ajudará a evitar aumento de preços. Uma vantagem, diz, é adotar uma alíquota reduzida em todo o país ou com pequena variação de alíquota, com previsão de percentuais máximos e mínimos para certos produtos e isenção para outros: - Pedimos isenção da cesta básica, mas sabemos que há questões fiscais envolvidas.

Atualmente, os produtos da cesta básica têm isenção de **impostos** federais (PIS e Cofins), mas incidência de ICMS, com alíquotas diferenciadas por estado. A reforma unifica cinco **tributos**, criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para ICMS e ISS, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), para PIS, Cofins e IPI.

O relatório da reforma prevê tratamento diferenciado a produtos da cesta básica e corte de 50% na alíquota padrão a ser instituída. Mas, segundo estimativas da Abras, isso não bastaria para segurar os preços.

A equipe econômica contesta esses cálculos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Manifesto a favor do projeto reúne ex-ministros e empresários

**Cássia Almeida**

Na semana decisiva para a aprovação da **Reforma Tributária**, o Movimento Praserjusto lançou um manifesto a favor do projeto que está tramitando no Congresso, que teve o apoio de mais de 60 economistas, advogados, ex-ministros, ex-secretários de Fazenda e políticos, de diferentes linhas de pensamento, governos e partidos.

O documento tem a assinatura de nomes como os dos ex-presidentes do Banco Central Arminio Fraga (veja entrevista acima) e Affonso Celso Pastore, dos ex-ministros Maílson da Nóbrega e Guido Mantega, dos empresários Jorge Gerdau e Pedro Passos, e dos políticos João Amoedo e Roberto Freire.

O documento, intitulado "Crescimento econômico e Justiça Social: um manifesto pela **Reforma Tributária**", afirma que a discussão sobre a mudança no sistema de **impostos** está madura, pois vem sendo "discutida há 35 anos, e a proposta atual foi ampla e democraticamente debatida nos últimos quatro anos".

"Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas -com alinhamento político entre o Congresso, Governo Federal, maioria dos Estados e Municípios e do setor privado. Esta é a nossa oportunidade de deixar um legado de prosperidade, transparência e mais justiça em nosso país." Larissa Longo, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper, também assinou o documento, diante das resistências que alguns governadores e setores têm manifestado em relação às mudanças propostas no sistema tributário: - Temos visto, nos últimos dias, muita desinformação que começou a aparecer, com a intenção de adiar a votação. Apesar dessas resistências, a reforma é necessária e urgente.

A pesquisadora chama a atenção para a diversidade de perfis que assinaram o manifesto, de várias áreas de interesse, economistas, advogados, pessoas da área social.

- Todos concordamos que a reforma é uma iniciativa benéfica para o Brasil, acima dos interesses individuais.

O manifesto mostra que tem gente apoiando, e as evidências comprovam que a reforma vai ser boa para

o Brasil.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Após pressão de Estados, relator diz que pode rever pontos da reforma

Diante da pressão principalmente de governadores, o relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou ontem que pode rever pelo menos três pontos do seu relatório. Esses pontos têm a ver com a definição de regras para o chamado Conselho Federativo e para o Fundo de Desenvolvimento Regional e ainda sobre um novo cálculo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que vai reunir o ICMS (de competência dos Estados) e ISS (dos municípios).

"A gente tem compromisso político de discutir", afirmou Ribeiro. "A ideia é de que a gente tenha claro na PEC esse e outros temas para evitar qualquer tipo de insegurança." O deputado acrescentou que esses pontos "estarão endereçados" até hoje. A possibilidade de mudança no texto foi antecipada pelo Estadão na terça-feira.

Em outra frente, o Estadão apurou que Ribeiro também avalia uma lista de 37 produtos para compor uma cesta básica nacional. Os itens dessa lista restrita, apresentada pelo setor de supermercados, seriam desonerados integralmente.

A alternativa está na mesa de negociação porque o parecer inicial do relator não prevê a desoneração de 100% da cesta básica. Ele fixou uma tributação reduzida para os produtos equivalente a 50% da alíquota básica do novo imposto - projetada em torno de 25% pelo Ministério da Fazenda.

## IMPASSE.

Mais recursos para compensar o fim da chamada guerra fiscal e mudança na forma prevista na reforma para a repartição dos novos **tributos** são algumas das críticas de governadores (ver quadro nesta página). Quem tomou a frente nessa articulação foi o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que apresentou uma proposta para substituir o Conselho Federativo por uma câmara de compensação.

Pelo texto em debate, caberá ao conselho distribuir os recursos do novo IBS. Para os governadores, isso representaria perda de autonomia.

"Não podemos deixar a reforma escorrer pelas mãos", disse Tarcísio, ontem à noite, depois de reunião de

governadores em Brasília, acrescentando que cerca de 90% da reforma já estaria "pacificada". O encontro reuniu, entre outros, Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Claudio Castro (Rio) e Romeu Zema (Minas).

"É importante que haja um quórum regionalizado", disse Leite, sobre a composição do Conselho Federativo. Ele ressaltou que Norte e Nordeste, juntos, têm mais da metade dos Estados brasileiros. Assim, se as decisões no conselho forem tomadas por maioria simples, uma aliança entre as duas regiões seria suficiente para ditar os rumos das deliberações.

## MANIFESTO.

O projeto de **reforma tributária** ganhou ontem apoio de peso. Mais de 60 economistas e empresários assinaram um manifesto para endossar a proposta que está sendo debatida na Câmara.

Entre os signatários do texto, estão economistas como Affonso Celso Pastore, Andrea Calabi, Arminio Fraga, Edmar Bacha e Samuel Pessoa; e empresários como Jorge Gerdau (presidente do conselho superior do Movimento Brasil Competitivo) e Pedro Passos (cofundador da Natura).

Eles afirmam que é "consenso que a reforma do sistema tributário brasileiro é necessária e urgente". "Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas - com alinhamento político entre o Congresso, governo federal, maioria dos Estados e municípios e do setor privado."

Os nós do texto

As divergências que travam as negociações

Conselho Federativo

O projeto de **reforma tributária** cria o Conselho Federativo, órgão que seria responsável por gerenciar e distribuir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo que unificaria o ISS (municipal) e o ICMS (estadual).

Pelo menos 11 governadores já disseram ser contra o formato

Mais recursos

A proposta do relator Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB) prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Até 2033, o FDR teria R\$ 40 bilhões, conforme previsão no relatório. Governadores pedem R\$ 75 bilhões por ano

#### Fundo Regional

Os recursos do FDR seriam revertidos aos Estados como forma de compensar o fim da guerra fiscal. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), quer que o Estado receba mais recursos. Ele sugere que a distribuição leve em conta o cadastro do Bolsa Família

#### Transição

O relatório prevê a simplificação do sistema tributário com um período de transição até 2029. Os governadores querem que o período se estenda até 2033

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Proposta de Tarcísio traz risco de "calote federativo", diz Appy

**I ADRIANA FERNANDES e MARIANA CARNEIRO/BRASÍLIA**

Secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, rebateu ontem proposta apresentada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para substituir o modelo de centralização de arrecadação do novo imposto que vai unificar o ICMS (de competência estadual) e o ISS (municipal). Segundo ele, o modelo poderia criar um risco de "calote federativo".

A centralização está prevista no parecer do relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a partir da criação de um Conselho Federativo para cobrar, gerir e distribuir o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Com o argumento de que isso representaria perda de autonomia dos Estados, Tarcísio defende a criação de uma câmara de compensação. Pela proposta, no caso de operações interestaduais o imposto seria arrecadado pelo Estado de origem da mercadoria, com a partilha dos recursos para os Estados de destino do produto sendo feita pela câmara.

Appy avaliou também que o modelo defendido por São Paulo é pior para as empresas, principalmente aquelas que atuam em vários Estados do País. Os Estados poderiam ficar inadimplentes com o pagamento dos créditos devidos às companhias.

"Tem de avaliar os prós e contras de diferentes alternativas do ponto de vista político, mas também do técnico", disse. Ele reforçou que o importante no princípio previsto na reforma é de que o "imposto pertence ao Estado e município do destino".

Em almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, ontem em Brasília, o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, defendeu a proposta da câmara, com o argumento de que a União poderia garantir que nenhum Estado de origem retenha recursos arrecadados que deveriam ir para Estados de destino. "E se alguém inadimplir? É um papel que cabe bem à União. A União pode honrar essa posição e executar garantias, inclusive bloqueio de repasses constitucionais", disse.

Appy disse ainda ter "certeza" de que a sonegação vai cair com a mudança no sistema de **impostos**. As estimativas feitas pela equipe técnica do Ministério da Fazenda indicam que o chamado "gap de conformidade" poderá ter uma queda dos atuais 22% para 14%.

Esse indicador significa que, a cada R\$ 100 que deveriam ser recolhidos em **impostos**, R\$ 22 deixam de entrar nos cofres públicos.

O valor poderia ser reduzido para R\$ 14 com a reforma sobre os **tributos** que incidem sobre o consumo, segundo o secretário.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Exceções criadas em nova regra fiscal somam R\$ 73 bi

**I BIANÇA LIMA, IANDER PORCELLA e GIORDANNA NEVES**

As três novas exceções ao limite de gastos do arcabouço fiscal, aprovadas pelos senadores, somam R\$ 73 bilhões fora da trava de despesas da nova regra para controle das contas públicas.

O cálculo é da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e leva em consideração os valores referentes a 2023.

A cifra se aproxima do piso de investimentos previsto no arcabouço para este ano, perto de R\$ 70 bilhões. Também é próximo do valor reivindicado pelos governadores - R\$ 75 bilhões - para o aporte do governo federal ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), um dos pilares da reforma tributária.

O relator do texto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PPBA), afirmou que os deputados podem manter as exceções à regra fiscal que foram aprovadas pelo Senado (mais informações nesta página).

Na Casa, porém, há queixas sobre a forma como a proposta foi aprovada pelos senadores.

O deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP) afirma que as mudanças no texto não foram discutidas com os deputados - os quais, segundo ele, acabaram se desgastando para aprovar um arcabouço mais rígido.

"A Câmara fez um esforço para atender ao arcabouço fiscal pela forma proposta pelo ministro da Fazenda, por entender a necessidade de o País ter estabilidade fiscal. O Senado abriu mais, sem discutir o mérito com os deputados. Vamos ver agora qual será a posição do governo", disse ao Estadão.

O impacto calculado pelos técnicos da Câmara leva em consideração três novas exceções: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e despesas com ciência em tecnologia.

**DESPESAS.**

No caso do Fundeb, a complementação do governo federal é estimada em cerca de R\$ 40 bilhões em

2023. Atualmente, o Fundeb está fora do teto de gastos. Pelo texto aprovado na Câmara, o fundo estaria dentro da nova trava, mas o limite cresceria à medida que a complementação da União avançasse.

Parlamentares da bancada da educação alegam, no entanto, que, como a complementação ao fundo está vinculada à receita dos Estados, sempre que a arrecadação estadual avançar mais do que o teto, haverá aperto de outras despesas.

Já o FCDF projeta despesas de R\$ 23 bilhões. Pelo texto aprovado na Câmara, o repasse passaria a ficar dentro das limitações do novo teto. Senadores do DF, no entanto, pressionaram pela retirada do fundo da nova trava, alegando que a mudança levaria a uma perda bilionária nos cofres da capital, o que causaria um impacto nos serviços de segurança, educação e saúde.

Em ciência, tecnologia e inovação as despesas são estimadas em cerca de R\$ 10 bilhões em 2023. Atualmente, não existe esse tipo de exceção no teto de gastos atual.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lira nega adiamento pedido por prefeitos

**Fernanda Strickland**

O presidente da Câmara, Arthur Lira, recusou o pedido dos prefeitos, com os quais se reuniu ontem, de adiar a votação da **reforma tributária** - que ele pretende levar a Plenário até sexta-feira. Os chefes dos poderes executivos municipais alegam que não foram consultados durante a tramitação da matéria e que o texto, da forma como está elaborado, os prejudica e retira arrecadação das cidades. Lira admitiu, apenas, que enquanto a proposta de emenda constitucional (PEC) não for votada, é possível apresentar sugestões que possam ser agregadas ao texto do relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Segundo o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, os que os municípios querem é, sobretudo, ter espaço para apresentar aquilo que defendem. "A Frente não foi ouvida, como foram os governadores e outros setores. Queremos ser ouvidos porque representamos 60% da população brasileira. Ele (Lira) não aceitou nossa posição de adiamento e disse que votará até sexta-feira, se tiver quórum. Mas abriu a possibilidade de trazeremos sugestões", disse Nogueira.

A FNP afirma com ênfase que o modelo atual da reforma de prejudicar os municípios e a sociedade, pois aumentaria os **impostos**.

"A resposta (de Lira) é que ele vai levar para o relator o caso da manutenção do ISS (Imposto Sobre Serviços) nos municípios, mas que haveria dificuldade. Enviamos a todas as bancadas nossa posição contrária à PEC. Estamos solicitando que adiem a votação. Essa é a nossa proposta mais imediata e dar tempo para que possamos ser ouvidos", observou.

Falta de clareza

Segundo nota da FNP, divulgada depois da reunião com Lira, "o texto que avança na Câmara traz incertezas para os municípios e para o cidadão. A palavra "poderá", por exemplo, aparece 26 vezes na proposta, o que reforça a falta de clareza sobre o modelo", aponta.

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), foi categórico ao dizer que a proposta do relator favorece a concentração dos recursos nas mãos do governo federal, uma vez que altera a forma de cobrança e recebimento do ISS - principal fonte de arrecadação dos municípios. Ele disse não ser contra a reforma,

mas afirma que mexe com um imposto cuja arrecadação vem aumentando e que não gera problemas com outros municípios - ao contrário do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), alvo de disputas entre estados e principal arma da "guerra fiscal".

Já o prefeito de Florianópolis, Topázio Neto (PSD), salientou que a capital catarinense tem crescido por ter se tornado atrativo em função da boa estrutura para fazer negócios e proporcionar qualidade de vida. Segundo ele, se houver mudanças no ISS todos os avanços obtidos pelo município serão afetados, sem contar que os municípios vão depender dos repasses da União. "Os prefeitos ficam desanimados e sem autonomia criativa para melhorar arrecadação e prestação de serviços", afirmou.

» Leia mais na página 7

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/05/all.pdf>



# Caiado defende que guerra fiscal entre estados é positiva

ElisamaXimenes elisama.ximenes@opopular.com.br

Em reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), nesta terça-feira (4), o governador Ronaldo Caiado (UB) defendeu a guerra fiscal entre os estados e argumentou que a concessão de incentivos fiscais é uma política positiva. Ao POPULAR, ele enviou um artigo que argumenta que a disputa entre os entes com descontos de ICMS para atrair empresas não é negativa.

Caiado disse comungar 100% com os argumentos expostos em um artigo, escrito por Rodrigo Pereira e publicado no portal Jota. Na reunião em Brasília com a FPE, o governador provocou: "Rotular guerra fiscal como sendo negativo? Desculpa, em qualquer lugar do mundo tem guerra fiscal." O governador goiano tem sido uma das vozes contrárias à aprovação da **reforma tributária** com o texto atual. Ele teme que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) retire a autonomia e a arrecadação dos estados porque incorpora o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em um imposto único, o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS).

Desde que o texto começou a ser discutido, Caiado tem falado e trabalhado para que o projeto não passe como está. Se antes ele era uma voz quase isolada na posição contrária à reforma, nesta semana o coro engrossou com outros governadores e até parlamentares. O POPULAR mostrou, inclusive, que a maioria da bancada goiana segue com posição indefinida sobre o projeto porque esperam por alterações nas partes que afetam os estados.

Nesta terça-feira (4), além da FPE, Caiado se reuniu com o líder do Republicanos na Câmara dos Deputados Hugo Motta, da Paraíba, com lideranças do bloco formado por MDB, PSD, Republicanos e Podemos, e com a bancada federal goiana, em Brasília. A última durou das 14h13 até as 19h.

"Não são mudanças apendiculares que vão salvar o texto. O conceito principal fere a constituição do país, os entes federados, tira nossas prerrogativas e impõe uma carga tributária muito maior aos cidadãos que recebem até quatro salários mínimos", disse o governador entre as reuniões.

Ele também defendeu que os deputados não aprovelem o projeto. "Isso é desrespeitoso, é extirpar da Constituição uma cláusula pétrea, do pacto federativo", acrescentou. (Caiado ainda argumentou que os problemas do país não são causados pelo ICMS e o ISS, de arrecadação estadual e municipal respectivamente. "Os problemas do Brasil são causados em decorrência da falta de apoio à educação, à pesquisa, à ciência, à tecnologia, e à inovação", disse.

Para o governador, a reforma deveria se concentrar, neste momento, na arrecadação federal. "O governo federal deveria fazer a reforma dele, dos **tributos** dele. Eles arrecadam R\$ 1,4 trilhão e nós arrecadamos um pouco mais de R\$ 900 bilhões. Fazer cortesia com chapéu alheio não dá", afirmou.

## BANCADA

Os parlamentares que representam Goiás na Câmara dos Deputados ouviram os pedidos do governador e os deputados ouvidos pelo POPULAR contam que o sentimento é de que o clima na Casa esfriou para votar a **reforma tributária** ainda antes do recesso, como era previsto.

Para o deputado federal Zacharias Calil (UB), enquanto não houver acordo em relação à formatação do texto, não há como garantir a votação agora. A expectativa é de que fique mesmo para o retomo no segundo semestre, que é o desejo dos governadores contrários à reforma como Caiado.

"Essa reforma não sai neste semestre. Tem muito ainda a ser resolvido. Inclusive, aqui em Brasília, não teve nada na Câmara. Enquanto não tiver um consenso, o governo vai perder. Sem um consenso, (o governo) não vai arriscar colocar em pauta, porque hoje, mesmo, não tinha clima", conta.

José Nelto (PP) também acredita que não há mais clima para que essa votação ocorra neste semestre ainda. Para esta semana, prevê que o arcabouço fiscal seja votado. "Mas a reforma, se votar, fica para a semana que vem. A cada dia que passa surgem novos grupos de pressão", avalia.

Para Nelto, o limite para que haja um acordo relacionado à PEC é esta sexta-feira (7). Segundo sua

avaliação, caso não se chegue a um consenso até lá, o texto só volta a ser apreciado depois do recesso. Ele chama atenção para o fato de que sequer na bancada goiana existe uma posição única.

"Não podemos fazer uma **reforma tributária** que seja a vontade do presidente da República, a reforma é para o Brasil. Ninguém quer perder. União, estados e municípios não querem perder e não queremos deixar nada para ser definido por lei complementar", defendeu.

Jeferson Rodrigues (Republicanos), que além do encontro com a bancada participou da reunião de Caiado com o líder de seu partido, disse que o governador dedicou os encontros a externar os impactos em Goiás da aprovação da **reforma tributária** com o texto atual.

"Hoje eu vejo que é preciso ter mais discussão, um diálogo maior, porque da forma que está, acho difícil ser aprovada ainda neste primeiro semestre. Estamos discutindo para encontrar um consenso, porque para o estado de Goiás, como está, é inviável", disse.

Rodrigues acredita que o estado vai perder empresas com a aprovação do texto. Ele concorda com Caiado que a PEC atrapalha a concorrência entre os estados. O deputado contou, inclusive, que o governador mencionou que uma empresa farmacêutica lhe informou que não conseguiria continuar em Goiás. "Vai igualar o ICMS, o que vai tornar viável para as empresas saírem do estado", endossou o parlamentar.

Governador Ronaldo Caiado: mudanças atuais não salvam a reforma

" Rotular guerra fiscal como sendo negativo? Desculpa, em qualquer lugar do inundo tem guerra fiscal\* Ronaldo Caiado (UB), governador de Goiás

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/05-julho-2023/1o-caderno>